



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE, ATIVIDADE ECONÔMICA,  
TURISMO, LAZER E GASTRONOMIA

**PRESIDENTE: SENIVAL MOURA**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA  
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
DATA: 07 DE AGOSTO DE 2019

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Muito bom dia a todos. Vamos começar os nossos trabalhos, com a presença dos Vereadores: Senival Moura, do PT, este que lhes fala; Adilson Amadeu, do PTB; Xexéu Tripoli, do PV; e José Police Neto, do PSD. Na qualidade de Presidente da Comissão de Trânsito, Transporte, Atividade Econômica, Turismo, Lazer e Gastronomia, declaro abertos os trabalhos da primeira Audiência Pública do ano de 2019, convocada para hoje, 7 de agosto de 2019.

Informo que esta Audiência Pública está sendo transmitida pelo Portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br](http://www.saopaulo.sp.leg.br), no *link* Auditórios Online.

Esta Audiência Pública está sendo realizada em atendimento ao Requerimento 16, de 2019, de autoria do nobre Vereador Xexéu Tripoli, aprovado em 12 de junho de 2019, e tem como objetivo tratar dos desafios e do desenvolvimento do setor de entregas por aplicativos.

Foram convidados para esta Audiência Pública: Sr. Edson Caram, Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes; representantes das empresas iFood, Loggi e Rappi; Sindicato das Empresas de Distribuição das Entregas Rápidas do Estado de São Paulo; Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil; Sr. Rodrigo Castilho, Procurador do Trabalho da Promotoria Regional da 2ª Região; Sr. Sergio Aoki, Auditor Fiscal da Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo; Sra. Ana Amélia Mascarenhas, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB São Paulo; Sra. Ana Luísa Ferreira Pinto, advogada.

Pergunto se todos que eu citei já se encontram no plenário. Por favor, digam a posição em que se encontram. Podem, inclusive, ocupar espaço aqui, à Mesa ou à frente, para facilitar o uso do microfone. Quem não veio? Não há representante da Rappi. Até o momento, não chegou, mas a audiência é demorada. Pode ser que cheguem. Não há problema algum. Se não chegaram agora, podem chegar um pouco mais tarde. Isso não é problema.

Pedi para aqueles que já estão presentes se posicionarem aqui, à frente. O que nós vamos combinar, a partir de agora?

Pela ordem, nobre Vereador Adilson Amadeu...

**O SR. ADILSON AMADEU** – Bom dia a todos. Agora, vi. Está aqui. O Presidente do Sindimoto, o Sr. Gil, também não foi mencionado.

- Manifestação na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Calma, aí! Eu li a relação dos que foram convidados. Estou vendo que o Sr. Gil está aqui, à frente. Não há problema algum. Vai se manifestar no momento certo.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Quero anunciar os colegas taxistas da região de Cotia e os da associação de São Paulo, o Sr. Souza e o meu conde da Grã-Bretanha, que também está aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Registro a presença do nobre Vereador George Hato, do MDB.

Combinamos que será feita uma exposição inicial de até 10 minutos para apresentação dos aplicativos. Terão até 10 minutos para fazer a apresentação no painel e usarem a tribuna ou o microfone de apartes para fazer uso da palavra.

Primeiro, o iFood; segundo, Loogi e terceiro, o Rappi, que não chegou ainda. Depois os sindicatos; o Sindicato das Empresas de Distribuição; das Entregas Rápidas do Estado de São Paulo; Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil. Rodrigo Castilho, Procurador do Trabalho, da Procuradoria Regional da 2ª Região; Sérgio Aoki, Auditor Fiscal da Superintendência Regional do Trabalho de São Paulo; Ana Amélia Mascarenhas, Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/São Paulo; Ana Lúcia Ferreira Pinto, Advogada.

Pela ordem, nobre Vereador Adilson Amadeu.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Se a assessoria tiver condições e tem, de sabermos quem são os representantes ou do Ministério do Trabalho, das empresas que aí estão, para em cinco minutos fazermos as plaquinhas e identificar todos. Como haverá apresentação todos os

que foram convidados têm o direito à palavra. Não só as empresas que farão a apresentação, mas as pessoas que hoje estão com a necessidade de colocar suas posições.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Nobre Vereador Adilson, é justamente o que estava explicando: vão fazer a apresentação, em seguida os senhores poderão se inscrever, para falar por três minutos, com a assessoria e depois teremos, se for o caso, réplica. Temos até às 13h para a realização desta audiência.

Pergunto aos Pares se querem fazer uso da palavra ou já passamos a palavra para os representantes dos aplicativos.

O Vereador Camilo Cristófaró está pedindo para fazer uso da palavra, mas estamos sugerindo primeiro a apresentação dos aplicativos por 10 minutos. Depois os Vereadores podem fazer uso da palavra.

Registro a presença do nobre Vereador Alfredinho, do PT.

Tem a palavra o representante do iFood.

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, bom dia a todos os presentes, inicialmente agradecer mais uma vez ao convite feito especificamente ao iFood para poder vir aqui falar aos senhores sobre os desafios não só na regulamentação, mas no próprio desenvolvimento da atividade dos aplicativos que fazem a intermediação de entregas, especificamente de *delivery* aqui no Brasil.

A apresentação é bastante breve, direta. A ideia não é abordar todos os temas, porque sei que todos os senhores presentes têm para discutir, mas tentar trazer uma visão rápida e objetiva sobre como o iFood entende esse segmento de mercado que está evoluindo e para onde nós, provavelmente, iremos e os desafios que todos nós, todas as empresas, o Poder Público, a Administração Pública e toda a sociedade civil também têm. É um trabalho conjunto. Não adianta imaginarmos que só as empresas darão conta e vazão de todas as demandas que a gente tem para discutir aqui.

Peço a gentileza de passarem os *slides* para mim.

- O orador passa a referir-se às imagens na tela de projeção.

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** - Vou contar um pouco sobre o iFood que tem como propósito revolucionar o universo de alimentação por uma vida mais prática e prazerosa. Essa é a ideia central quando a gente fala da entrega. É tirar a obrigação do consumidor de ir até os restaurantes, aos estabelecimentos, fazendo com que tenham a praticidade e a possibilidade de receber a sua alimentação na sua própria residência.

Pode passar o próximo.

O último ponto: é que o iFood é uma empresa orgulhosamente brasileira que tem feito investimentos também no Brasil. Para reforçar um conceito importante para todos quando a gente fala de algumas demandas relevantes para todos. O iFood é uma plataforma de intermediação. Temos vários serviços que têm a mesma característica da economia de compartilhamento, na qual o iFood é só um intermediário. Então, hoje, tem-se a possibilidade de aluguel de filmes, transportes, acomodação, hospedagem. Tudo isso funciona dentro do mesmo racional que é aproximar a oferta e a demanda. O que o iFood faz é aproximar os restaurantes dos clientes, os consumidores. Ele também faz a intermediação entre os entregadores independentes e os consumidores. Essa é a maneira pela qual a praticidade do iFood tenta colocar.

Pode passar, por favor.

Aqui é somente para entender a sistemática do *delivery* de entrega. Pelo celular, o usuário faz um pedido. Esse pedido é encaminhado pelo restaurante, o qual pode fazer e entrega com uma frota própria – vou falar disso aos senhores – ou pode utilizar a intermediação com os entregadores independentes.

É importante dizer as duas maneiras pelas quais estrutura seu modelo de negócio. Um deles é chamado *market place*. Nesse modelo de negócio, os restaurantes são os responsáveis pela produção e entrega dos pedidos. Então, nesse modelo, a função do iFood é, simplesmente, a aproximação do restaurante que pode oferecer os seus produtos através da

plataforma e dos restaurantes que podem fazer seus pedidos também através da plataforma. Isto é, neste modelo, o iFood não tem qualquer interferência na maneira em que os produtos são entregues. Este modelo representa hoje a maior parcela do negócio do iFood no Brasil.

O segundo modelo é o *Full Service*, no qual os restaurantes preparam a produção dos pedidos, mas a entrega é realizada por parceiros do iFood. Então, é nesse modelo de negócio que o iFood se preocupa e tem as demandas relacionadas à intermediação.

Pode passar o próximo.

Nesse modelo específico de Full Service em que o iFood ajuda na intermediação entre entregadores independentes e os consumidores, que o iFood entende que esses entregadores independentes têm a gestão da disponibilidade de fazer as entregas, ou seja, dias e horários em que têm interesse em fazer isso, possibilidade de aceitar ou não a realização dessas entregas, ou seja, não é obrigatória a aceitação de quaisquer desses pedidos.

A composição da remuneração é um ponto importante também. Existe um valor composto, uma parte dele é uma taxa de coleta, um valor fixo por entrega, mais uma parcela variável. Essas variáveis levam em consideração o dia, o horário, o trajeto, o local, o modal de entrega – motocicleta, bicicleta, patinete ou mesmo a pé entre outros. É importante mostrar que esses elementos variáveis vão fazer com que o valor da remuneração também possa ter valores diferentes ao longo da prestação de serviço.

Pode passar, por favor.

Em um minuto, uma visão sobre o que está acontecendo não só no Brasil, mas também em outros lugares.

Pode passar, por favor.

Aqui é só, mais para a gente ter uma referência, o tamanho de mercado de entrega de alimentação. É um mercado grande, que está em pleno desenvolvimento e que tem como principal objetivo trazer praticidade da aproximação entre oferta e demanda, sendo que os

entregadores independentes têm uma parcela significativa e muito relevante nessa estrutura.

Pode passar, por favor. Pode pular esse, que é só indicar a participação do Brasil e a relevância que isso tem obtido aqui no Brasil.

E aqui no Brasil, esse é o ponto importante.

Pode passar, por favor.

Aqui, segundo levantamento do SEBRAE, esse mercado de alimentos e bebidas corresponde a 10% do PIB brasileiro; e o que a gente chama de alimentação fora do lar, que são exatamente os restaurantes, a 184 bilhões. Aí é importante entender que não é todo esse valor que está relacionado à atividade, pelo menos do iFood ou das empresas que fazem intermediação. O mercado de *delivery* por aplicativos é uma parcela disso tudo.

Pode passar, por favor.

Aqui um dado importante de trazer aos senhores. Quando a gente olha para o universo de restaurantes e estabelecimentos, hoje no Brasil, apenas 50%, somente metade faz *delivery*, independentemente da forma. Metade dos estabelecimentos comerciais, restaurantes, hoje não tem serviço de *delivery*, seja ele qual for, por telefone ou por aplicativo. Quando a gente olha a parcela dos restaurantes que faz serviço de *delivery*, a indicação é que 72% desses estabelecimentos têm frota própria, eles mesmos se encarregam de fazer as entregas dos produtos solicitados; apenas 28% de todo esse mercado, dessa parcela dos restaurantes que têm *delivery*, é que se valem dos aplicativos e têm a frota terceirizada para fazer entrega.

Pode passar, por favor.

E quais são os impactos, de forma geral, que esse negócio tem trazido para todos nós? Na atual conjuntura econômica, os aplicativos têm propiciado um aumento da taxa de empregabilidade. A gente entende que esse é um ponto extremamente relevante, mas que existem demandas em desenvolvimento e que estão sendo observadas pelas empresas.

Pode passar, por favor.

Tem um impacto também nos próprios restaurantes, nos próprios estabelecimentos

comerciais que, num prazo de seis meses, às vezes e na média observam um crescimento de 50% na sua taxa de pedidos para serem utilizados através de *delivery*. A gente entende que esse aumento do faturamento dos estabelecimentos tem impacto também no aumento da demanda pela utilização de entregadores independentes, na própria remuneração.

Pode passar, por favor.

Aqui é só mostrar todos os segmentos de mercado impactados pela atuação das empresas, então tem investimento em tecnologia, contratação de funcionários e por aí vai.

Pode passar, por favor.

E o iFood entende que tem um papel superimportante em todo esse mercado. E o iFood estende especialmente que há essa inovação e que é importante a manutenção desse diálogo que está acontecendo aqui. Acho que os senhores vão ver - e eu quero mostrar, agora já finalizando – quais são as demandas que o iFood entende que já estão atendidas e demandas que estão em desenvolvimento e devem ser atendidas num futuro muito próximo.

Pode passar, por favor.

Isso são exemplos que me recordo, da minha última apresentação aqui nesta audiência pública, de investimentos feitos pelo iFood pensando nos entregadores independentes: locais que são chamados *pit stops*, os iFood *hubs*, várias campanhas educativas voltadas aos entregadores independentes, de educação e segurança viária, ou seja, pensando em políticas públicas voltadas à segurança viária, e campanhas de conscientização que acontecem especialmente dentro do próprio aplicativo ou através de mensagens de WhatsApp, que é nossa forma de comunicação mais eficaz.

Pode passar, por favor.

Aqui são algumas novidades que o iFood não trouxe na última audiência pública e a gente gostaria de trazer nesta oportunidade. Algumas delas estão em implementação e devem acontecer no decorrer dos próximos 30 dias, que atendendo a demanda muito recente...

Então são orientações em casos de acidentes. O próprio iFood, comunicado da

existência de um acidente com entregador independente, faz o acionamento do SAMU, faz o cancelamento da entrega e tem a realocação do próprio pedido. Foi feita agora, recentemente, no final de julho, uma campanha chamada empatia na veia. A ideia disso é que o próprio atendimento do iFood, ou seja, aqueles que prestam a orientação e o atendimento aos entregadores independentes, tenha um atendimento humanizado a quem está na rua fazendo todas as entregas. Existe outro chamado *driver safety*, que é atendimento exclusivo em caso de acidentes prestado pelo próprio iFood.

Tem uma novidade também que muito em breve muitos poderão ver no aplicativo, que é um botão dentro do aplicativo que é “sofri um acidente”. Ou seja, é a possibilidade de comunicação imediata do entregador na ocorrência de um acidente. Não somente isso: pode ser um acidente com ele ou pode ser que ele possa relatar a existência de um acidente também com outro entregador independente, desde que na mesma plataforma.

O iFood deixou de ter atendimento automático para essas demandas. Então passamos a ter o atendimento humanizado, específico, individualizado para cada ocorrência.

Isso tudo está em andamento e deve ser implementado nos próximos 30 dias.

E a última informação: acho que todos tomaram conhecimento do termo de parceria entre o iFood – meu colega do Loggi certamente vai falar em referência a ela – e a Prefeitura de São Paulo, agora, no final de julho. A gente entende que esse é um passo extremamente relevante, numa parceria entre a iniciativa privada e o poder público.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vamos concluindo, Dr. André.

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** – Pois não. E que tem como objetivo a implementação de políticas públicas na segurança viária. Então, tanto o iFood como o Loggi adotarão providências, em parceria com a Prefeitura, para tentar atender as demandas.

Sr. Presidente, quero agradecer mais uma vez pela oportunidade; e fico à disposição para as perguntarem que tiverem no decorrer da nossa sessão.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Vamos lá.

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Olha, é um direito de todos vocês se manifestarem. Ele fez a apresentação. Depois, os representantes de vocês vão ter o direito de se inscrever aqui também para contraditá-lo. Essa é a regra do jogo. A ausência pública é justamente para isso; ele fez o papel dele. Ok?

- Manifestação do público.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Conforme o combinado, o próximo a fazer uso da palavra será o representante da Loggy, o Dr. Marco Aurélio.

Antes disso, quero passar a palavra ao Vereador Adilson Amadeu, que já pediu pela ordem.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Um segundo, Presidente, nobres Vereadores.

Quero pedir, já, antecipadamente, ao Dr. André Giacchetto: quando os senhores fizeram o TAC com o Sr. Prefeito Bruno Covas a respeito da intermediação do trabalho, dias atrás; se os tiverem uma cópia, já poderiam nos oferecer. Eu gostaria que o senhor providenciasse para que os Vereadores já tivessem. Porque nós estamos tentando, na Prefeitura, e não conseguimos esse TAC. Eu não consegui; não sei se os outros Colegas conseguiram. Como os senhores já fizeram essa intermediação com o Sr. Prefeito, gostaria que o senhor já oferecesse. É muito importante. Se tiver uma cópia, será muito importante.

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** – Sem dúvida, Vereador. Faremos isso. Encaminharemos ao gabinete de V.Exa. Eu acho que a indisponibilidade temporária é por conta de questões burocráticas, não é nem não ser público. Mas, assim que possível, a gente vai encaminhar ao gabinete do senhor, para que todos possam tomar conhecimento de quais são os termos da parceria firmada com a Prefeitura. Sem dúvida alguma.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Dr. André, eu só estou pedindo isso porque nós não estamos tendo condição com o Prefeito, por enquanto. Como os senhores – empresas iFood e

Loggy – assinaram, e os senhores já têm esse documento, fica mais importante, não só a audiência de hoje, que deve ter mais uma audiência, sem dúvida alguma, para que a gente já possa, dentro do projeto que já está em andamento, e dentro de uma lei também que vai ser estabelecida, para que a gente tome pé. Porque, pelo que eu sei, só foram as duas empresas que fizeram esse acordo. Então eu acho que se já fizeram há um mês, há 15 dias, logicamente que a sua assessoria teria condições de tirar isso e já entregar aqui – confidencialmente, se quiserem – para os Vereadores. Por favor, providencie.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Convido o Dr. Marco Aurélio, por até dez minutos também, para fazer o uso da palavra, representando a Loggy.

Doutor, fique à vontade. Se quiser usar esse microfone ou a tribuna, à sua escolha.

**O SR. MARCO AURÉLIO DE CARVALHO** – Muito obrigado, Vereador. Um prazer voltar a esta Casa. Primeiro, queria cumprimentá-lo pela condução dos trabalhos. Agradecer também a presença dos entregadores, que são grandes parceiros da Loggy. É um prazer estar aqui nesta audiência. É política de a empresa estar aberta para o debate.

Nós firmamos um compromisso, e é importante os senhores saberem disso – aliás, sabem – de estar presente em todos os debates, que vão enriquecer ainda mais essa relação de parceria da qual a gente tanto se orgulha.

Quero cumprimentar o Vereador Hato, o Vereador Police Neto, o Vereador Camilo – autor, inclusive, do PL 130/2019, que já abriu o gabinete para discutir essas questões que são tão importantes para nós –, Vereador Xexéu; e também, da mesma forma, o Vereador Adilson Amadeu. E agradecer a oportunidade, mais uma vez, de estar aqui com vocês. Também agradecer ao Vereador Senival, a quem eu agradei no começo, que está presidindo esses Vereadores. E também meus agradecimentos aos demais Vereadores que por ventura passaram por aqui e que vierem a passar.

Quero agradecer também a presença das associações e das entidades representativas, dos sindicatos, que são tão importantes, sobretudo num momento difícil pelo

qual o passa o país – as pessoas tentando vulgarizar a importância da representação institucional. Então saudar os representantes das associações e dos sindicatos, com quem temos tido contatos extremamente prazerosos. É claro que não concordamos em tudo, mas temos o compromisso de aperfeiçoar, evidentemente, os nossos serviços, a nossa prestação de serviço, para os tomadores do serviço de ambas as pontas, a partir desse diálogo.

Estou reafirmando esse compromisso; assinamos o termo de cooperação técnica. Pedimos, agora, para a Assessoria Jurídica solicitar que ele seja enviado. O colega expôs a dificuldade: é que ele ainda não foi publicado no Diário Oficial, e nós não ficamos com cópia. Nós pedimos à Assessoria do Secretário que conduziu os trabalhos, e foram muito importantes nessa perspectiva de enfrentamento dos principais gargalos da cidade, para nos disponibilizarem. E se isso acontecer na reunião, nós vamos entregar cópia a cada um dos senhores, com o maior prazer, porque nós nos orgulhamos muito de ter assinado esse termo de cooperação técnica. A nossa grande preocupação, de fato, é a questão da segurança. Nós queremos resolver os gargalos de logística no país.

Vou até abrir mão da apresentação, porque a ideia é estar aqui mais para ouvir vocês, para aperfeiçoar ainda mais as nossas práticas, do que para falar. A gente tem muito a ganhar com isso. Então vou abrir mão da apresentação, até porque parte fundamental dos pontos que a gente levantou foi tratado pelo Dr. André, já que tem sinergia, no *modus operandi*, em vários temas, embora haja também muita divergência, evidentemente, já que cada uma tem a sua capacitação vocacionada para uma determinada área, para um respectivo setor. Mas, então, abrindo mão disso, só para fazer um rápido registro: nós temos orgulho de ser uma empresa 100% brasileira, que começou os trabalhos em 2013, que está aberta ao debate – viemos a todas as audiências públicas; inclusive, em climas de maior animosidade; é natural que as pessoas se manifestem –, mas sempre na perspectiva de fazer parte da solução, e, não, do problema. Nós entendemos, e eu estava falando isso para o Gil agora há pouco, que a gente tem que ser parte da solução. Da mesma forma, falei isso para o Gringo. E que isso não

pode ser só um discurso; que a gente tem que estar realmente compromissado a ouvir, a escutar e a aperfeiçoar, de ambos os lados, o que puder ser aperfeiçoado. Nós estamos, efetivamente, conseguindo avançar. A assinatura desse termo de cooperação técnica é uma demonstração inequívoca: a grande preocupação das empresas é com a segurança dos entregadores. Vamos ser muito claros aqui. Se não for por princípio, e no caso da Loggi é por princípio, é porque a gente acredita nisso, seria por inteligência, são os grandes parceiros. Nenhuma dessas empresas aqui existiria sem a parceria que é feita por esses heróis. Enfim, a gente sabe muito bem que todos nós nos valemos do serviço. (Palmas) Todos nós. E eu tenho orgulho de dizer que trabalho para a Loggi e de usar os serviços da Loggi e das demais plataformas. Eu tenho orgulho. O entregador, para mim, é um grande parceiro, resolve problemas seriíssimos do meu escritório, na dimensão pessoal. Nós temos o prazer de receber pessoalmente, de agradecer. Isso é um dado da realidade.

---

Então quero, mais uma vez, agradecer essa oportunidade, porque, ao perceber que nós chegamos aos nossos primeiros seis anos de vida - ainda evidentemente na infância -, atingimos números muito importantes e impactamos, de forma decisiva, a vida de mais de 25 mil famílias, capacitando-as economicamente. Os dados são claros. Quem utiliza a plataforma tem mais de 90% de satisfação. Há a aprovação da família. A família passou a olhar para esse trabalhador de outra forma, com mais dignidade. Esse trabalhador é utilizado. Isso é trabalho de todo mundo, das empresas que trabalham também com seus próprios entregadores, que também não são independentes. Também os parabênizo. Eles participaram deste novo momento em que nós estamos vivendo. Então, nós temos orgulho e satisfação de apresentar números que são muito positivos, e as estatísticas comprovam inclusive a capacitação da renda. Isso nos coloca acima do piso estadual e do piso nacional. Isso também é motivo de orgulho para a Log e - com certeza, não tenho dúvida - para cada um dos senhores que estão aí.

A disputa política faz parte. As divergências existem. A grande questão é o que a

gente vai fazer com elas. Nós estamos aqui para ouvi-los. Não temos evidentemente a ideia de que somos soberanos naquilo que pensamos. Muito pelo contrário, o debate é importante. Esta comissão está fazendo um trabalho incrível. Por isso eu fiz questão de parabenizar cada um dos Srs. Vereadores. Tenho orgulho enfim desta Câmara e do trabalho desses Vereadores, mas quero aqui reafirmar esse compromisso, de avançarmos exatamente nos gargalos apresentados. Esse termo capacita inclusive os entregadores independentes a fazerem cursos e a pensarem na segurança como o grande ponto, a grande preocupação, a preocupação fundamental, entre outros três pontos, três trechos, que nós vamos apresentar para os senhores.

É uma alegria enorme estar aqui. Nós não temos medo do debate. Pelo contrário, a gente cresce com o debate e se formos chamados por esta Casa, nós aqui viremos, para dar as nossas colaborações com muito orgulho. Nós temos orgulho da parceria que temos com os entregadores, o orgulho de ser a empresa que nós somos, chegar aos números que nós chegamos e de não termos compromisso com erro. As coisas que estão colocadas - se forem eventualmente conformadas como equívocos - vão ser utilizadas, para que avancemos ainda mais.

Quero saudar também a presença, salvo melhor juízo, do Procurador Rodrigo. O papel que os senhores têm exercido é fundamental no estado de Direito. Então, tenham o nosso respeito. Evidentemente não poderiam deixar de ter.

Deixo aqui o nosso reconhecimento e deixo aplausos pela postura. Nós somos parceiros na solução aqui do que se apresentar como problema.

Muitíssimo obrigado e vou estar junto com toda a equipe à disposição, para responder todos os questionamentos que forem feitos. Na audiência passada, nós inclusive mandamos para alguns gabinetes os questionamentos que não tínhamos conseguido responder, porque não havia tempo.

Foi um grande prazer.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – OK.**

Tem a palavra o Sr. Presidente Fernando de Souza, representante do sindicato das Empresas de Distribuição das Entregas Rápidas do Estado de São Paulo.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA –** Queria saudar a Casa toda, a mesa de Vereadores, todos os empresários e todos os senhores presentes.

Prefiro ficar de frente aqui, para olhar olho no olho de cada um dos senhores. A minha apresentação é bem simples e objetiva. Queria agradecer também os Procuradores do Trabalho, o Sr. Rodrigo Castilho, do Ministério Público do Trabalho e os representantes das empresas de aplicativos. Para mim, é a empresa de transporte, nada mais.

Mais uma vez, Sr. Marco Aurélio, parabéns pela sua oratória, sensacional. Da forma que ele fala, parece que o mundo é perfeito: os trabalhadores, os MEIs e os empresários. Falam: “Se você se acidentar, aperte um botão e a gente vai lhe salvar”.

Sabem qual é a parceria, senhores? Essas empresas investem milhões. Eu pergunto para os senhores: desde 2013, qual foi o ganho dos senhores? Cadê a rentabilidade dos senhores?

- Tumulto no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA –** Cadê? Já que vocês são empresários, donos dos seus próprios narizes, são empreendedores, vocês é que têm que dar valor às suas vidas, às corridas de vocês, e não essas empresas intermediárias, que fazem o que estão fazendo.

- Palmas no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA –** Ao amigo Gringo, junto de quem eu participei da Câmara Temática, eu digo a você: não estamos aqui para exigir registro de ninguém, estamos aqui para exigir igualdade. O que eles fazem eu também quero fazer. É isso que queremos.

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA –** Isso. O que acontece, Gringo? Você faz parte da Câmara Temática. Vejo que você defende realmente os empresários ao falar que você que é

um baú de 160 litros, que as motos têm que ser todas brancas. Eu defendo o empresariado do setor, isso é o que eu defendo. Agora, eu falo para vocês: as empresas que faturam 20 milhões por mês vêm com uma casinha de papel, uma casinha de lata e diz para vocês: “Tem um espaço para o trabalhador”. Trabalhador trabalhando 12 horas por dia, morrendo na frente do cliente, pessoal! Eu faço para vocês: o que eu realmente quero é igualdade.

Para você ter uma empresa hoje em São Paulo, você paga 17% de taxa, aí você tem um documento para poder... Vejam isso, pessoal. Sabem o que é isso? É um termo de credenciamento. A empresa, para que ela explore o serviço na cidade de São Paulo, precisa ter um termo de credenciamento. Sabem para que isso está servindo? Para mim, como um certificado de palhaçada, mais nada. Sabem por quê? Você tem que ter um espaço físico, você tem que ter área de descanso para esse profissional, tem que área. E essas empresas fazem o que fazem, tem 10 mil trabalhadores na plataforma e falam que são parceiros. São parceiros aos quais não é dado valor! Você não vale a sua entrega, você não se valoriza, e cada vez mais vai piorar para vocês. Escutem o que estou dizendo!

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Escutem! Ou a gente se junta, se une como empresário de verdade, se posiciona como empresário de verdade e diz: “Opa, não quero intermediação”. “Vocês querem intermediar? Quem vai dar o valor somos nós”. É disso que precisamos.

- Palmas e manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Estranho muito alguns... Então! Tabela para isso aí, vamos tabelar. É isso que precisa!

- Palmas e manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Agora, vir aqui e fazer discurso... Pessoal, olha isso! Olha o capital social dessas empresas! Vocês viram o faturamento da Loggi quanto é? São 20 milhões de faturamento. E para vocês? Nada. Não está ruim só para vocês, não; para

nós que somos empresários também está ruim, está péssimo para nós. Não está bom para ninguém. Sabem por quê? O trabalho está precarizando. Em 2013, vocês ganhavam quanto? Quanto era a corrida de vocês? E hoje? Hoje está valendo quanto?

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – É isso! E vocês acham que vai melhorar?

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Não vai. A gente vai é isso aqui, ó. É isso o que vai acontecer conosco! É isso o que eu digo a vocês: vende-se a liberdade. Vejam que coisa bonita: vende-se a liberdade, mas sem nenhum tipo de responsabilidade. Eles são responsáveis pelo número de acidentes, sim, senhores!

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Eles são responsáveis. Eles dizem que são parceiros, mas que parceria é essa? No final do ano, vocês recebem o lucro das empresas? Nada! Vocês sentam à mesa com o dono da Loggi para dizer: “Nós queremos isso aqui, queremos isso para poder trabalhar”? Não, vocês não se sentam à mesa com eles. Cadê? Cadê?

Então, pronto, pessoal. Vamos nos posicionar como empresários, como profissionais de verdade. Em cima de uma moto existe uma vida, um pai de família. Vocês levam sustento para suas famílias, vocês movem a economia da cidade de São Paulo! Vocês são responsáveis pela distribuição de lanches, de refeições, bolsas de sangue; vocês movimentam essa cidade de São Paulo.

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Se cada vez mais deixarmos esses aplicativos tomarem conta, pessoal – é iFood, Loggi, Uber -, vai ser...

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – É disso que precisamos.

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Vocês prestaram atenção no PL 130/2019? Isso foi discutido perante vocês?

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Eu não sei. Sabem o que o PL está dizendo, senhores? Prestem atenção: as empresas de aplicativos só poderão contratar autônomos, eximindo-se de qualquer responsabilidade. Pessoal, abram os olhos. Vocês não são idiotas, vocês não são bobos, vocês são muito inteligentes. Precisamos nos unir cada vez mais. É disso que precisamos, pessoal. A minha apresentação é bem pequena perante o que o Ministério Público e os auditores têm para falar. Aguardo a apresentação deles, pois vocês vão entender totalmente o que está acontecendo no setor.

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Isso. Aqui é a Casa do Povo, pessoal. Vocês podem vir aqui falar, exclamar toda a indignação pelo que está acontecendo.

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Então! Olha que absurdo! Vou falar uma coisa para os senhores, uma coisa que eu sempre falei no meu setor: eu represento 12 mil empresas no Estado de São Paulo. Sabem o que eu sempre falei? O meu serviço é um serviço de luxo. E sabem por quê? Porque grandes empresas...

- Manifestações no recinto.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Ganho porque eu sou trabalhador, porque eu sou empreendedor, e você também pode ser empreendedor. Abra sua empresa. Todo mundo pode ganhar. Abra sua empresa, vá ser empreendedor.

O que eu falo para vocês? Nosso setor é um setor de luxo. Eu sempre digo: vá daqui até a Bahia de ônibus. Quanto custa uma passagem? É “x” valor. Se for de avião, é muito mais caro. Por que o serviço de moto hoje tem que custar 2 reais? Por quê?

- Manifestações no recinto. O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – Por quê? Aí é que está! Se não nos valorizarmos, pessoal, como vai ficar?

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Fernando, só um segundinho por favor.

**O SR. FERNANDO DE SOUZA** – É isso aí. Estou com vocês, pessoal. Vamos moralizar esse setor. (Palmas) E vamos valorizar todo mundo. Estou com vocês, pessoal. Contem comigo. Tabela de preços. Vamos tabelar isso aqui!

- Manifestações no recinto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Pessoal, o que eu quero combinar com vocês que estão na galeria, na plateia, o seguinte: vamos garantir a fala de quem está usando o microfone. Ao término da fala, vocês se manifestam. Ao término da fala de quem estiver usando a palavra, vocês fazem a manifestação que bem entenderem. Vamos combinar isso? Para não atrapalhar a fala de quem veio aqui para poder explicar. Obviamente, são assuntos sobre os quais vocês vão ficar insatisfeitos, mas é o momento que a pessoa tem para poder fazer a apresentação dela. Então, vamos combinar isso, porque daqui a pouco são vocês que vão usar a palavra, e quando vocês falarem, quero, da mesma forma, que vocês possam se expressar tranquilamente, sem ninguém atrapalhar. Combinado assim? (Palmas)

Vamos lá. Convido o próximo orador, Edgar Francisco, da Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil. (Pausa) Vamos lá, Gringo.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Salve, salve, rapaziada.

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Primeiramente, quero agradecer a todos a presença, pois vocês são a nata, são os interessados de verdade. São vocês que fazem a diferença, e é por causa de vocês que a gente está aqui nessa luta há já três anos. Obrigado a todos vocês, primeiramente.

Agora, é o seguinte, rapa: eu vejo o Fernando, do patronal, que é o Presidente das

empresas de motoboys. Ele escutou bastante o áudio que eu lhe mandei ontem, e, do jeito que ele fala,... Ele falou que eu defendo o baú de 168 litros. Eu nunca falei isso.

Outra situação. Do jeito que ele fala, parece que são as mil maravilhas quando a gente estava na CLT. Quem aqui não gostou da CLT que passou? Levantem a mão aí. Deem um grito aí.

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Agora, uma pergunta ao Fernando: você representa quantos motofrentistas?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Mas quantos você representa?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – O.k.

O Presidente do Sindicato, o Gil, quantos motofrentistas ele representa?

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Assim fica difícil, né.

Deixe-me falar uma coisa para vocês: quantos motofrentistas vocês acham que há nas empresas de CLT?

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Quarenta mil? Correto, beleza.

Acabei de me informar com o rapaz do DTP que só sete mil estão legalizados. O que acontece com esses 40 mil que não estão legalizados nas empresas?

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – É isso aí.

Rapaziada, o PL foi proposto conforme as exigências de vocês.

- Manifestações fora do microfone

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Esperem aí!

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA – Parou!**

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA – Vejam só! Esperem aí!**

- Manifestações no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA – Gil, desta vez não tem coação. Desta vez, você não vai coagir a gente. Desta vez, não! Não! Não!**

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA – Nós é motoca! Nós é motoca! Você nunca foi! Você nunca foi motoca! Você nunca foi!**

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA – Você nunca foi!**

- Manifestações no recinto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Pessoal, só para voltar o que foi combinado: quem está fazendo uso da palavra tem que concluir, o que não dá direito...**

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Você vai falar. Você está inscrito para falar, Gil.**

- Manifestações no recinto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Você não tem o direito de fazer isso. Nós temos que garantir a ordem.**

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA – Por gentileza!**

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) – Só um segundinho, por favor. Vou restabelecer o tempo.**

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Não tem problema, porque vai chegar o seu momento de falar. Você tem que se comportar aqui dentro. A audiência pública é para isso também, o.k? Então, por gentileza, o senhor se comporte, porque vai chegar o seu momento de subir lá e falar. Combinado?

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Eu peço, por gentileza, que restabeleçam o meu tempo devido à interrupção.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Francisco, o tempo está correndo. Eu não posso rever o tempo agora.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Não, não, ele me incomodou, ele me atrapalhou.

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Rapaziada, vejam só, esse é o respeito que ele adquiriu em dez anos. O que eu quero dizer a vocês, apesar do tempo curto, é que o PL é praticamente o seguinte: todas as empresas de aplicativos devem ser obrigadas a cadastrar o motofrentista placa vermelha. Como é uma alteração de lei, precisa de um tempo para adaptação. Então, é necessário, no mínimo, seis meses e, no máximo, um ano, como está descrito lá. Daí, o que acontece: todas as empresas terão um profissional regulamentado.

Outra situação é que, de repente, sumiu do trâmite da lei, mas vamos exigir que coloquem novamente que a empresa de aplicativo que contratar o profissional não regulamentado, como punição, seja responsável por ele em caso de acidentes. O que isso beneficia uma empresa de aplicativo?

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Nada.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Fernando, você falou da autonomia, como está escrito na lei. A gente quer ser autônomo, cara. Acabou aquele negócio de chegar às 8h15 e perder a cesta básica, ter o dia descontado.

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – De levar o filho ao médico e o atestado não servir e ser descontado no dia, no domingo e nas férias. Perde-se muito mais no dia da falta do que no dia de trabalho. Por exemplo: se ganhamos 80 por dia, se faltamos, descontam-se 200.

Não queremos medir forças com o CLT, e sim nos juntarmos para fazer valorizar o serviço. Isso é bem-vindo. Até você, Gil, se quiser se juntar para fortalecer a categoria...

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Escutem aí. Se você quiser se juntar para fortalecer a categoria, estamos aqui.

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Então, rapaziada, quero deixar bem claro para vocês que a gente está tentando fazer o melhor, mesmo com tanta gente contra, com todas essas mentiras. Vocês viram o que eles postaram, tentando fazer os placas cinza brigar com os placas vermelha. Isso não é atitude digna. Em que categoria eles estão pensando? Eu só quero saber se vocês conseguem se alimentar com o valor de 14,78 de vale-refeição. Eu quero saber.

- Manifestação no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Vamos focar aqui, rapaziada. O Dr. Marcelo vai falar mais sobre a lei, e eu quero só quero agradecer ao Vereador Camilo Cristóforo, que acreditou na gente, está com a gente. Foi ele que fez a gente chegar até o Márcio França.

Alguém daqui pagou a moto pelo Banco do Povo? Levanta a mão.

- Manifestação no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Foi ele que fez esse crédito chegar até vocês através do Governador Márcio França.

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Foi ele que fez a gente sentar com o Prefeito Bruno Covas para falar sobre esse PL, sobre a alteração, que é necessária, porque o aplicativo tem que ter responsabilidade. A gente quer uma tabela de preço.

- Manifestações no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Não dá mais para ficar dessa forma. A gente quer um melhor atendimento. E uma coisa é muito importante: Dr. Marco Aurélio e André, o rapaz do iFood, queremos saber de vocês como da Rappi, da UberEats e das demais empresas, qual é a nossa relação com vocês? Porque ou a gente é parceiro ou a gente é cliente ou a gente é funcionário. A gente precisa saber, porque a gente precisa tomar uma atitude sobre isso. A gente precisa de um tratamento melhor; a gente liga para vocês e fica horas aguardando.

Quero deixar uma coisa bem clara aqui: a gente gosta do sistema de aplicativos, a forma de pegar o serviço, de entregar e a possibilidade de trabalhar em vários, mas queremos ser remunerados por isso. Os aplicativos se aproveitam do fato de a grande maioria de nós não ter como fazer esse estudo profundo necessário para saber dos gastos de um veículo, os custos envolvidos, porque, geralmente, a gente só coloca pneu, óleo e gasolina, mas os custos envolvem mais do que isso, como depreciação da moto, equipamentos usados, almoço, convênio médico.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Conclua, Edgar.

- Manifestação no recinto.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Então, rapaziada, a gente está pedindo aqui valorização. Esta não vai ser a primeira e última audiência, terão outras. E precisamos que cada um de vocês traga, pelo menos, mais dez e se não conseguirem tragam quantos conseguirem, mas tragam para mostrar nossa força e o nosso interesse.

Quem está de acordo com o PL 130/2019, levanta a mão.

- Manifestação do público.

**O SR. EDGAR FRANCISCO DA SILVA** – Isso é o que a massa quer. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Essas foram as palavras do Edgar, que representa a Associação dos Motofretistas de Aplicativos e Autônomos do Brasil.

Tem a palavra o Dr. Marcelo Marques, Vice-Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte da OAB/São Paulo.

**O SR. MARCELO MARQUES** – Bom dia a todos, Vereadores, pessoal presente, motofretistas, motoboys, hoje sou Advogado, mas minha faculdade foi feita em cima de uma moto. Hoje sou Vice-Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte da OAB/Santana e isso tudo conquistei em cima de uma moto.

Vim aqui esclarecer para vocês o que é o PL 130, para destruir a falácia que anda pelo Whatsapp. Vemos que quem fala pelo Whatsapp ou até o que o Fernando falou aqui, eu entendo que não leu a PL. Entendo isso, porque estou com o PL na mão e vou ler um trecho do artigo 6º, que fala dos tomadores de serviço e queria a opinião de cada um aqui se isso beneficia os aplicativos: Os tomadores de serviço e/ou intermediadores de profissionais autônomos devidamente inscritos no CNPJ, devem contratar ou cadastrar em suas plataformas profissionais devidamente capacitados e regulamentados, sob pena de responsabilidade solidária no caso de acidente, morte ou invalidez, salvo os celetistas ou contratados de empresas que exploram essa atividade.

Quer dizer, ninguém está querendo que todos virem autônomos. Acho que isso é opção de cada um, quem quer ser CLT tem de ser CLT. A CLT está aí, sempre esteve aí, desde 1943. Então ninguém está querendo tirar a CLT. Acho que esse embate entre duas categorias, CLT e autônomo, é uma coisa inútil. Quem quer ser CLT, o cara tem de ter opção. Só não queremos ser obrigados a virar celetista. Queremos ser autônomos. Acho que a maioria do pessoal aqui quer a liberdade. Os que querem ser celetistas, ótimo. Tem de ter as empresas

que contratem nesse modal de transporte.

Outra coisa, ainda sobre o PL, hoje vi que quando passou da CCJ para a Comissão de Direito Administrativo, justamente esse trecho que responsabiliza os aplicativos solidariamente em caso de acidente foi suprimido, sumiu do PL. Então gostaria de saber onde está, não pode. A base do PL é isso: os aplicativos terem responsabilidade sobre os motofretistas, porque estamos cansados de ver o motofretista cair, se machucar, ser roubado e a atitude do aplicativo é mandar outro motofretista para concluir o serviço e larga o cara lá.

Isso não pode acontecer, os aplicativos têm de ter uma base, um apoio. Você foi roubado, vai um representante do aplicativo com você à delegacia para fazer o BO. Você sofreu um acidente, vai um representante do aplicativo ao hospital. Isso traz embasamento jurídico até para o cara algum direito trabalhista, algum direito perante a Justiça – desculpe.

Outra coisa que eu gostaria de falar é que eu escuto muita gente falar, inclusive nós mesmos, motofretistas: “Vou me regulamentar para quê? Eu não tenho isenção de ICMS como o taxista, não tenho corredor exclusivo que eu possa andar”. Sabem por que a gente não tem? Justamente porque a regulamentação não funciona, porque hoje, infelizmente, nós somos a categoria mais fraca, nós somos minoria.

Se a gente conseguir regulamentar boa parte dos motofretistas de São Paulo, a categoria vai ser muito mais forte e a gente vai poder brigar, sim. A gente vai poder brigar por isenção de ICMS e IPVA, assim como têm os taxistas. A gente vai poder brigar por desburocratizar serviço do DTP e do Detran. Hoje a gente inclusive protocolou um ofício no DTP para tentar tirar a obrigatoriedade da comosse, do cara que tem a sua MEI e a licença no seu nome, só que a MEI não tem personalidade jurídica, então não tem por que a comosse. O cara vai no CDT, no 15 de Novembro, faz o registro do contrato de comosse com as duas assinaturas dele; é ele passando para ele mesmo, então isso não faz sentido.

Outra coisa que a gente protocolou lá e está aguardando resposta é a respeito do cara que tem uma moto já placa cinza, mesmo que ele tirou zero e emplacou placa cinza e que

passar para a placa vermelha, para ele não ter que fazer mais duas transferências, senão ele tem que passar primeiro para carga, ou branca ou do Município de São Paulo, para depois fazer uma transferência para aluguel. Então por que o cara já não sai de lá com o ofício para colocar placa vermelha e faz a vistoria e já pega a licença da maneira correta? Isso está burocratizando o sistema, está onerando o bolso do motofretista, porque ele tem que pagar duas taxas de Detran. E muitas vezes o Detran está cometendo erros terríveis, às vezes o cara paga três, quatro taxas, então é isso que a gente está brigando.

A gente está lutando por bolsões. Muita gente fala colocar todos os bolsões placa vermelha. Não. A gente gostaria que os bolsões fossem meio a meio, metade placa vermelha, metade placa cinza. Por quê? Porque aquele cara que para a moto para trabalhar pode usar metade do bolsão. O cara que é rotativo, ele vem e vai embora. É a mesma coisa carga e descarga, local de carga e descarga. Nossas motos são motos são motos de carga, então não faz sentido a gente parar no carga e descarga para descarregar uma mercadoria e ser multado.

(Palmas)

**O SR. ADILSON AMADEU** – Dr. Marcelo, já tem a lei.

**O SR. MARCELO MARQUES** - Outro ponto é estacionamento em prédio privado, prédio comercial, particular, que utiliza serviço de motofrete; tem que ter pelo menos duas, três vagas ali para o cara parar a motinho dele lá, subir no prédio, descer e poder fazer o serviço dele. (Palmas)

Bom, é isso aí, pessoal. Eu agradeço a presença de todos. Como o Gringo falou, não vai ser a primeira, não vai ser a última. A gente precisa da presença de vocês, certo? E a gente conta com o poder público também para incentivar essa categoria a se regulamentar e a gente poder melhorar serviço público de saúde, tirar esse gargalo que é esse monte de motofretista acidentado, movimentando SUS, PM e tudo mais.

Obrigado a todos. Obrigado, vereadores. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Essas foram as palavras do Dr. Marcelo,

Vice-Presidente da Comissão de Trânsito e Transporte da OAB São Paulo.

Convido o próximo a fazer uso da palavra: Dr. Rodrigo Castilho, procurador do trabalho da Procuradoria Regional da 2ª Região. Por gentileza, Doutor.

**O SR. RODRIGO CASTILHO** – Tem um celular aqui. Alguém esqueceu.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu agradeço o convite feito ao Ministério Público para participar do debate deste foro, porque aqui é a Casa do Povo e do trabalhador.

O Ministério Público do Trabalho, para quem não conhece, é uma instituição de defesa do trabalho, portanto, dos direitos do trabalhador, independentemente se o trabalhador for autônomo ou empregado.

O Ministério Público não desconhece as alterações no mundo do trabalho com a tecnologia da informação, com a inteligência artificial, novos contratos, a economia de compartilhamento, isso tudo trouxe um impacto profundo nas relações do trabalho. Essas relações estão se modificando e o Ministério Público não desconhece isso.

Não sei se os Srs. Vereadores têm conhecimento, mas o Ministério Público ingressou com uma Ação Civil Pública contra duas empresas de aplicativos de entregas rápidas: a Loggi e a iFood.

As ações se deram porque essas alterações, esse impacto profundo nas relações de trabalho, não podem ocorrer sem uma regulamentação do Poder Público, principalmente sem um debate com a sociedade.

Isso foi feito, as empresas criaram esses aplicativos, instituíram essa nova modalidade de contratação que é uma contratação por autônomo. Mas isso não foi discutido previamente com a sociedade, nem estava, à época, regulamentado como não está ainda hoje.

Por isso, o Ministério Público tomou à frente, entrou com essa ação para discutir se essa relação de trabalho é autônoma ou de emprego.

Mas eu gostaria de chamar a atenção dos Srs. Vereadores para o seguinte: o reflexo que há na relação de trabalho considerar essa relação como autônomo, no dia a dia do

trabalhador.

A primeira reflexão que trago a esta Casa é com relação à jornada de trabalho. Essa é uma atividade, por aplicativo, diferente da atividade de emprego. Na relação de emprego o trabalhador tem um horário determinado de trabalho. Ele trabalha oito horas, por dia, começa a sua jornada às 08hs, pela manhã, tem horário de descanso para alimentação, termina a sua jornada às 16 ou 17hs, dependendo do contrato.

Nos aplicativos a lógica é totalmente diferente, a dinâmica é outra. Nós estamos aqui discutindo os reflexos disso e os direitos que esses trabalhadores autônomos não fazem jus.

- Manifestação na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Por gentileza, vamos nos comportar. Vamos garantir a palavra do orador.

**O SR. RODRIGO CASTILHO** – Obrigado, Sr. Presidente.

A primeira questão seria o tempo à disposição. Não há ainda nos aplicativos uma limitação de acesso à plataforma. Por conta disso, o trabalhador não tem uma alimentação de jornada de trabalho. Ele pode ficar com acesso à plataforma e à disposição da empresa às 06hs, às 07hs, e pode findar a jornada de trabalho meia noite. Esse é o primeiro ponto que o Ministério Público chama de direito que o trabalhador autônomo tem de desconexão, de ele ter um descanso.

Além disso, esse trabalhador é vinculado a diversas empresas. Não é vinculado apenas à Loggi, apenas à iFood. Ele pode ser vinculado a todas elas e, por conta disso, fica mais difícil o controle da conexão e do acesso desse trabalhador, do tempo à disposição que esse trabalhador tem no aplicativo, portanto o trabalho dele.

É uma meia verdade dizer que esse trabalho autônomo só é feito em cima da moto e na entrega. Não, esse tempo à disposição também tem de ser considerado tempo de trabalho.

Por conta disso, acontece que direitos como descanso semanal remunerado, ou seja, o descanso de um dia da semana para o trabalhador ter convívio com seus familiares, para lazer, até por uma questão física mesmo, de saúde. Isso é sonegado ao trabalhador porque ele pode acessar o aplicativo os sete dias da semana. Férias, 30 dias de férias, esse trabalhador não tem direito, não é pago ao trabalhador, trabalha o ano inteiro sem descontinuidade. O intervalo para almoço é o trabalhador quem decide, mas está conectado, está sempre ocupado para aceitar uma boa oferta de trabalho. E o intervalo entre uma jornada de trabalho e outra, ou seja, para poder se recolher à sua residência, tenha uma boa noite de sono, poder conviver com sua família e depois voltar ao trabalho.

Então esses direitos, na condição de autônomo, da forma como está sendo feito até agora, estão sendo sonegados. Essa é uma preocupação do Ministério Público, e eu queria trazer o tema aos Srs. Vereadores para que possam refletir.

A segunda questão que o Ministério Público traz ao plenário seria com relação à segurança e saúde do trabalhador. Essa é uma preocupação tanto dos trabalhadores autônomos quanto dos empregados, dos sindicatos, e até as empresas também se mostraram preocupadas, tanto é que firmaram um Termo de Cooperação Técnica com a Prefeitura. Mas ainda há muitos pontos que temos de levar em consideração.

A condição de autônomo transfere para o trabalhador toda a responsabilidade da sua atividade, que é muito preocupante se nós não estabelecermos limites. O primeiro tema que nos chamou atenção no Ministério Público foi com relação à questão de prêmios por produtividade e das campanhas de incentivo ao trabalhador. A consequência é o aumento da velocidade nas vias, obviamente porque o trabalhador quer participar dessa campanha, quer ganhar esse prêmio e, portanto, realizar mais entregas. O aplicativo, na verdade, o algoritmo calcula, tem uma questão de oferta e demanda. Então ele calcula através de sistemas, de cálculos matemáticos onde o fluxo de demanda está maior e a oferta de trabalhador tentando aproximar os dois. Muitas vezes não dá certo, principalmente quando há grandes eventos na

Cidade, partida de futebol, show. Aí o aplicativo não consegue, não tem dinâmica tão rápida.

Então as empresas oferecem os prêmios para atrair oferta de trabalhadores para esses locais. Sobre esse ponto nós temos de refletir porque há lei federal proibindo a instituição de prêmio de produtividade, de campanhas de incentivo aos motofretistas. Nós temos de ter cuidado para que não ocorra na cidade de São Paulo. Alguns trabalhadores me passaram que há empresas que instituem essas campanhas, e essa é uma preocupação no Ministério Público que eu gostaria de compartilhar com os senhores, principalmente quando a condição é de autônomo.

Outro ponto seria a questão de exames de médicos para os trabalhadores, exames periódicos admissional. Para a condição de autônomo, foi retirado esse direito do trabalhador quanto à questão de equipamentos de proteção individual, quanto à questão de seguro de acidente, seguro de vida. A condição de autônomo transfere a responsabilidade de contratação de seguro aos trabalhadores. Nós estamos com a Loggi que nos sinalizou a possibilidade de acordo com o Ministério Público, e uma das questões que o Ministério Público pontuou à Loggi é que se essa condição de autônomo for implementada, que a empresa contrate seguro para trabalhador, que não fique a cargo do trabalhador. (Palmas)

Outra questão foi abordada na fala da iFood, que é quanto à área de vivência, de abrigo, local de sanitário, local para o trabalhador se dirigir aguardando o chamado, sem ficar exposto às intempéries e no meio dos logradouros, das vias públicas. Evidentemente, não pode ser responsabilidade do trabalhador. Tem de ser responsabilidade das empresas que instituíram os aplicativos de transporte, de entrega rápida. Essas empresas devem, junto com o poder público, instituir e construir esses locais.

Então são pequenas reflexões, não vou adentrar, Srs. Vereadores, na questão da natureza jurídica dessa relação porque esse é tema do projeto de lei. Este é um debate democrático, aqui é o foro deliberativo para se estabelecer essa questão. O Ministério Público tem uma posição formada, tem uma posição de que há controle do trabalhador e essa é uma

autonomia frouxa porque o preço é decidido pelas empresas, o tempo de execução é decidido pelas empresas, o trajeto a ser percorrido é decidido pelas empresas e também às regras. (Palmas)

Então, por conta disso, o Ministério Público entende que há sim um controle, há sim uma subordinação e que essa liberdade de decidir entre aceitar uma proposta de trabalho e não aceitar, não pode ser esse o signo que vai decidir a natureza jurídica dessa relação. Isso foi exposto na ação civil pública. Se os Srs. Vereadores tiverem curiosidade em conhecer a tese do Ministério Público, nós podemos disponibilizá-la para os senhores estudarem e chegarem a melhor conclusão.

Só quis aqui trazer duas questões relacionadas à autonomia no transporte, que seriam: a questão da jornada de trabalho, de tempo de trabalho, que vai impactar na autonomia. A autonomia do trabalhador impactaria na questão do tempo. E com o tempo, essa pode ser uma previsão catastrófica, o trabalhador vai ficar cada vez conectado para conseguir uma proposta de trabalho que seja factível. Nós temos visto que o preço, cada vez mais, está diminuindo e aumentando a oferta de mão de obra. Então essa conta não vai fechar. E a questão da saúde e da segurança do trabalhador talvez seja o mais importante que o Ministério Público do Trabalho tenha e está lutando para estabelecer. Eu acho que os Srs. Vereadores deveriam prestar atenção, com muito cuidado, quanto à questão da segurança e da saúde.

Eu agradeço muito, muito obrigado.

Estou à disposição para responder qualquer dúvida. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Essas foram as palavras do Dr. Rodrigo Castilho, Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional da 2ª Região.

O próximo a fazer o uso da palavra é o Dr. Sérgio Aoki, auditor fiscal da Superintendência Regional do Trabalho, que está representado pelo Dr. Rafael Augusto Vido da Silva.

**O SR. RAFAEL AUGUSTO VIDO DA SILVA** - Bom dia a todos. Agradeço o

convite. Recebi o convite do Dr. Adilson, com muita satisfação.

Nós somos auditores fiscais e venho aqui representar o Ministério da Economia, o Dr. Sérgio Aoki, que não está mais conosco no projeto das fraudes. Hoje somos do Ministério da Economia porque, como sabemos, desde a reforma administrativa de janeiro, o Ministério do Trabalho é agora uma secretaria do Ministério da Economia. Foi o extinto Ministério do Trabalho. Nós somos da Subsecretaria de Inspeção do Trabalho e estamos lotados na Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo, poucos metros daqui, na Rua Martins Fontes.

A nossa atuação na Inspeção do Trabalho é basicamente em quatro projetos. Nós trabalhamos no projeto de combate e repressão às fraudes, no combate e repressão à informalidade, no combate e repressão ao trabalho escravo e no combate e repressão ao tráfico de pessoas. O que esses projetos têm em comum com o tema de hoje, senhores, é a precarização das relações de trabalho, a exploração abusiva de mão de obra e a tendência ao que chamam hoje de “uberização” das relações do trabalho. O tema “uberização” é a expressão adotada pela comunidade científica. Sim, comunidade científica. A expressão é amplamente utilizada em Universidades, em teses de mestrado e doutorado. Aliás, hoje, existe uma ampla literatura disponível sobre o tema que trata de *gig economy*, que é a economia do bico, a economia compartilhada, enfim, muita coisa já existente com esse nome uberização das relações de trabalho que nada mais é do que autonomização da mão de obra. É a transformação do então empregado num autônomo. Muitos empregados agora são muitos autônomos. É uma espécie de pulverização da mão de obra. Por trás dessa expressão uberização o que ocorre é a coisificação do trabalho. É a transformação do trabalho em mercadoria. O trabalhador na uberização é um algoritmo.

A nossa proposta ao longo desse um ano e meio em que trabalhamos no combate à uberização abusiva das relações de trabalho é a análise desse modelo de prestação de serviço sob demanda, por aplicativos com precificação preços determinados pelos aplicativos e

não pelos trabalhadores. Isso por si só já afasta essa falaciosa tese da autonomia. Se não existe autonomia para determinar a que preço você vai vender a sua força de trabalho, ora, não se trata de um autônomo. Já poderia ir embora neste momento. Encerrou-se a discussão.

(Palmas)

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. RAFAEL AUGUSTO VIDO DA SILVA** - É muito fácil começar a falar desse tema e se perder. É preciso ter um roteiro. E o que nós construímos nesse trabalho, nesse projeto, um trabalho bastante árduo, é um roteiro que parte da definição de uberização. Então, são serviços de transporte, de bens ou de pessoas.

O que essas empresas fazem é prestar um serviço de transporte; são empresas de transporte, não são empresas de intermediação.

Quando se quer alugar uma casa, um apartamento, pelo Airbnb, por exemplo, este será o intermediador. Ele está juntando quem quer alugar uma casa com o proprietário de um imóvel. Isso é economia compartilhada. É a exploração de um bem subutilizado. Alguém tem um imóvel na praia, usa pouco, vai ser alugado. Então, o que se explora é um bem.

Então, uma empresa de transporte está explorando mão de obra de fretistas.

A mistura com a economia compartilhada é proposital, porque, além de afastar a relação de emprego, o que eles dizem? Que o bem subutilizado, no caso dos fretistas, é a moto, o carro, que estão subutilizados e que, no tempo livre deles, vão ser aproveitados para complementar a renda. Olhem o tipo de bem. Eles estão dizendo que estão na lógica da economia compartilhada, explorando um bem, quando, na verdade, estão explorando mão de obra. O que os fretistas estão fazendo não é utilizar esse frete como uma atividade secundária, um complemento de renda, um bico, mas, como uma atividade principal. (Palmas) A grande maioria dos fretistas vive do frete. Não é um complemento de renda. (Palmas)

Essa exploração de bem subutilizado, ainda que tenha alguma lógica, explorar um carro ou uma moto, começa a cair por terra com o assentamento das modalidades de

exploração. Quem estava explorando carro e moto, agora, está explorando patinete. Agora, tem entrega a pé. Qual é o bem subutilizado? É o chinelo, a meia? (Palmas)

- Tumulto.

**O SR. RAFAEL AUGUSTO VIDO DA SILVA** – Não é um fenômeno da economia compartilhada. Estamos aqui numa relação muito mais próxima. Falo da economia do bico, em que se exploram não bens subutilizados, como na economia compartilhada, mas mão de obra. O que existe é exploração... Essa é uma diferença importante. Então, esse discurso de economia compartilhada é uma ideia bastante boa, mas foi distorcida, com propósito claro de que se esquivar de obrigações de cunho trabalhista, que são também tributárias e previdenciárias. Então, são serviços de transporte. Não é intermediação. É um serviço de transporte. São empresas de transporte sob demanda, por aplicativos, sem vínculo de emprego. É a ideia de parceiros autônomos. Será que não é um vínculo de emprego?

O nosso roteiro parte dessa primeira definição. Falo de empresa de transporte sobre aplicativos por demanda, sem vinculação de emprego com os trabalhadores.

A partir da quarta revolução industrial, surgiram as expressões indústria 4.0 e trabalho 4.0. Ela é marcada pela utilização combinada de tecnologias de ponta. Aí surgiram essas modalidades da economia compartilhada e outra modalidade, que se explora mão de obra com intermediação desses aplicativos. Esse é o fenômeno.

Sobre a atividade econômica, são empresas de transporte ou de tecnologia, são provedores de conteúdo, são agenciadores. A nossa conclusão do Ministério da Economia é que são sim empresas de transporte.

Chegamos então aos elementos da relação de emprego. Esse não é um fenômeno da economia compartilhada, e os elementos são quatro: pessoalidade, que se divide em dois. Podemos falar aqui de pessoalidade como a prestação infungível e intransferível. De fato, quando o motofretista ou o fretista acessa a plataforma, faz isso com o *login* e com uma senha personalíssima. Ele não pode emprestar para ninguém. Só ele pode fazer uso daquilo. Aí já

está o elemento personalidade, e se pode subdividir também em pessoa física. Pessoaalidade significa o serviço prestado por pessoa física.

Há algumas formas de contratação, alguns contratos, termos e condições que exigem do cadastro o MEI. Falam que o motoqueiro tem que ter um manto, uma película de pessoa jurídica, para que não seja uma relação entre empresa e motoqueiro. A personalidade é disfarçada, suavizada pelo MEI. É claro que isso é uma fraude. A nossa conclusão é... Imaginem, o MEI, Micro Empreendedor Individual é um instituto que surgiu em 2008, complementando a lei complementar 123/2006. Por que surgiu essa figura do MEI? Em que contexto ele foi forjado? Era para trazer para o mundo formal a tia do suco, o quitandeiro e o sapateiro, pessoas que não estão vinculadas a grandes grupos econômicos. São pessoas que estão vinculadas a nada, que trabalham nas suas casas, que fazem salgadinhos, até o camelô. Enfim, não foi feito, não foi pensado para contratação de mão de obra em massa, com padronização de serviços. Há milhares de trabalhadores fazendo exatamente a mesma coisa, e cada um é um MEI?

Imaginem a Volkswagen manda todo mundo embora agora e coloca quatro mil autônomos dentro de uma planta industrial. É esdrúxulo. Aliás, essa figura da planta industrial não existe mais. É difícil pensar isso em uma grande fábrica, no mesmo chão de fábrica, mas até que se pensa nisso com relativa tranquilidade com a mão de obra toda pulverizada, espalhada pelos grandes centros urbanos, pelas cidades.

O segundo elemento seria a onerosidade. É uma prestação onerosa. Ninguém faz serviço voluntário de transporte de bens, de transporte de pessoas. A prestação é onerosa. O que existe como argumentação das empresas de transporte é que não é o aplicativo que remunera o trabalhador. Eles dizem que é o trabalhador que remunera a empresa pelo uso do aplicativo.

Existem duas inversões. Primeiro, quem está explorando a mão de obra não é mais um tomador de serviços, mas um prestador de serviço. Isso afasta a relação trabalhista e atrai

a relação consumerista em que a parte hipossuficiente.

A segunda fraude é de cunho tributário. Ao operar dessa forma, dizer que ele não paga o trabalhador, mas é remunerado, ele acaba emitindo uma nota fiscal por uma fração do valor do frete. Então, se um frete, por exemplo, é de 100 reais, o que vocês pagam para o uso do aplicativo é um percentual entre 10% e 30%, 15%. Então, a base de cálculo de uma nota fiscal com incidência tributária - seria as trabalhistas e previdenciárias e também as de serviço - não é de 100 reais, é de 15 reais. Olha só o problema tributário que tem através dessa inversão.

Os elementos seguintes seriam a subordinação. O trabalho é totalmente subordinado. Existe sim um controle da prestação de serviço. Por último, a não eventualidade. Sobre a não eventualidade, o fato de que o motorista pode aceitar ou recusar corrida não significa que existe intermitência na prestação de serviço. Isso significa que o descanso, o repouso do trabalhador é feito à custa do trabalhador. Não existe mais descanso semanal remunerado. Ele não trabalha não é uma opção, ele está deixando de compor renda. É simplesmente isso.

Coloco-me à disposição para esclarecimentos.

Agradeço ao Gil, agradeço a Dr. Fernando que intermediou esse contato com o Dr. Adilson e a Mesa. Muito obrigado. (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Essas foram as palavras do Rafael Augusto da Silva.

Registro a presença dos Srs. Vereadores Quito Formiga, Suplicy, Ricardo Teixeira e outros que passaram por aqui. Peço desculpas a outros que eventualmente passaram por aqui e não citei o nome.

Tem a palavra a Dra. Ana Luísa Ferreira Pinto, da Comissão de Direitos Humanos da OAB.

**A SRA. ANA LUÍSA FERREIRA PINTO** – Bom dia.

Faço parte da Comissão de Direitos Humanos da OAB, mas hoje eu não estou aqui como advogada de Direitos Humanos, mas como testemunha do falecimento do Thiago Dias de Jesus, que foi o motoboy que faleceu quando ele estava prestando serviço – ou como os Procuradores quiserem colocar – com a mochila da Rappi. Foi fazer uma entrega para gente. Vocês devem ter o nosso relato da série de acontecimentos que foi nessa noite até o falecimento do Thiago. Fico muito chateada da Rappi não estar aqui por que mais uma vez mostra descaso com cada um de vocês assim como também não assinou o termo que a Prefeitura que eu sei que a Loggi e o iFood assinaram. Estou aqui enquanto humana representando a família mesmo que eles pediram para vir até aqui porque esse relato uma repercussão muito grande justamente porque tanto o consumidor final, que no caso era a gente nesse dia e pensou esse motoboy vai me entregar a comida, ou seja lá o que for, a que custo? Qual o risco que vocês estão correndo na rua todos os dias para fazer as entregas? Também mexeu muito com as famílias dos motoboys. A família do Thiago tem outros motoboys também e eles acabaram que a sensação é de que alguma coisa precisa mudar.

Vim só para dizer que o Thiago vive em cada um de vocês. Isso não pode seguir acontecendo dessa forma. Então vocês precisam participar ativamente da construção desse PL, vocês precisam ter voz nesse PL.

Queria agradecer em especial ao Vereador Suplicy que recebeu a família do Thiago no gabinete e se colocou à disposição também da família, mas, principalmente, para dizer para vocês que vocês têm força, que vocês são muito importantes na cidade e as grandes empresas que estão ganhando dinheiro em cima disso, sabem da importância de vocês e vocês precisam participar ativamente desse processo e serem ouvidos para que ocorram mudanças de verdade.

A Rappi, depois do que aconteceu, falou para família, para gente, para o próprio PROCON que acionou e por aí em diante, foi que estavam desenvolvendo um botão de segurança que a gente sabe que....Lamentava muito a perda e que estava desenvolvendo esse

botão que a gente sabe que não vai mudar nada. Não vai mudar nada no cotidiano de vocês.

Então, essa fala é para dizer que o que vocês precisarem de apoio, de mobilização, o que o relato triste do que aconteceu com o Thiago causou foi pelo menos chamar atenção para o que vocês passam todos os dias na rua e porque poderia ter acontecido com qualquer um de vocês a qualquer momento e evitar que novos casos como esse aconteçam.

Como foi dito, não existir uma relação de trabalho não significa que a empresa não tem que dar suporte nenhum a nenhum de vocês, não significa que pode ser precarizados da forma como está hoje e que vocês têm que correr esse risco todos os dias na rua para sustentar a família de vocês.

Então, alguma coisa precisa mudar. Esse passo nesta audiência pública é muito importante, mas vocês precisam ser ouvidos e vocês têm essa voz, essa importante.

Vim aqui hoje para falar para vocês e representar a família. (Palmas)

Queria agradecer e dizer que a gente está a disposição para testemunhar e para corroborar toda a luta de vocês para fazer tudo que for preciso. Obrigado.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Sr. Presidente, embora a Sra. Ana Luísa Ferreira Pinto tenha dito que todos já conhecem, mas se ela puder descrever exatamente o que aconteceu naquele dia brevemente será muito relevante para todos nós.

**A SRA. ANA LUÍSA FERREIRA PINTO** – Claro. Eu estava na região de Perdizes, na zona Oeste, com mais alguns amigos quando a gente fez um pedido pelo Rappi, aplicativo para entrega. Fazia muito frio nesse dia. Foi um dos finais de semana mais frio em São Paulo, quando o Thiago chegou, ele relatou para a gente que estava passando mal. Então, todos nós, estávamos em quatro, a gente saiu e começou a prestar os primeiros socorros porque quando ele chegou, ele relatou uma dor de cabeça muito forte, mas ainda estava consciente.

A partir daí houve uma série de acontecimentos que relatam essa precarização de vocês. É um relato claro dessa precarização, porque a primeira preocupação dele, a primeira coisa que o Thiago me falou quando disse que estava passando mal foi: “Por favor, avisa a

Rappi que não vou conseguir terminar minha próxima entrega”. Essa era a preocupação dele, de sofrer alguma punição ou alguma coisa do tipo por não conseguir terminar a próxima entrega.

Quando eu fui avisar a Rappi, ela não teve nenhuma atitude de solidariedade, ou qualquer coisa do tipo, inclusive ela perguntou pelo aplicativo, porque é difícil conseguir falar ao telefone com a Rappi, então ela falou “Ah, então você está me avisando que ele não vai conseguir terminar as entregas”, quando eu estava dizendo que o motoboy estava passando bastante mal.

Depois disso, houve uma série de outras vezes em que o SAMU nunca chega chegou. A gente acionou o SAMU desde o começo, fez outras ligações à medida que o caso foi se agravando, e o SAMU não chegou.

Quando a família chegou, a gente tomou a decisão de tentar levar o Thiago por conta própria, mas a gente chamou um Uber, que se negou a levar. E aí entendo que houve uma conduta de omissão da pessoa, mas a gente também tem que considerar que ele está numa situação precária de trabalho, pelo Uber. Então acho que é um ciclo que relata todos esses âmbitos da precarização do trabalho, desse desmonte da relação de trabalho.

Finalmente os amigos do Tiago conseguiram levá-lo até o Hospital das Clínicas, e quando chegou lá também teve dificuldade para ser atendido e infelizmente ele veio a falecer, devido a um AVC.

A gente não sabe se ele teria sobrevivido, porque foi um AVC. Mas a forma de tratamento que ele recebeu da empresa da Rappi, do SAMU, do Poder Público, do próprio Uber, demonstra claramente essa relação precária de trabalho. Quer dizer, precisou um de vocês falecer, para que isso tivesse visibilidade na mídia.

Quantos mais vão precisar morrer para que alguma coisa seja feita?

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Essas foram as palavras da Sra. Ana

Luísa Ferreira Pinto, da Comissão de Direitos Humanos da OAB São Paulo.

Neste momento, os membros da douta Comissão requerem em um minuto de silêncio em homenagem a tudo isso.

- Minuto de silêncio.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra o Sr. Robson de Souza Raimundo.

**O SR. ROBSON DE SOUZA RAIMUNDO** - Bom dia a todos. Aproveitando a fala da doutora, quero fazer só mais uma observação: justamente foi tirada da PL essa responsabilidade solidária que a gente pede. Não sei por que, mas a gente vai continuar brigando por isso.

O que a gente sempre acredita como associação é na profissionalização e regulamentação da categoria. Isso nunca foi mentira para ninguém e nós fazemos a nossa parte. Se cada um fizer a sua parte, as coisas acontecem. Em um ano de associação, com os nossos recursos escassos, nós conseguimos ajudar 600 motocas a tirarem a sua placa vermelha, e não só com instruções e com facilidades no quesito documento.

A gente ganha o dia quando a o motofretista chega e nos dá um abraço, fala “Puxa, eu consegui o crédito no Banco do Povo porque vocês me ajudaram”. Mais de 60 motofretistas conseguiram isso com a gente. E a gente conseguiu uma parceria com a Yamaha para motos serem mais baratas.

Desculpa para a lei não funcionar a gente ouve há 12 anos; e a profissionalização é importante não só para segurança, mas para a gente ser respeitado, ser visto. O táxi é regulamentado, o escolar é regulamentado. O meu filho vai para a escola em uma perua que tem a licença da Prefeitura, eu tenho confiança nesse tipo de serviço. Então quem ainda não se regulamentou, a gente acredita que a regulamentação da categoria vai trazer uma série de benefícios.

A gente está indo na assembleia, a gente está querendo ter isenção de ICMS, de

IPVA, é uma luta dura, é dia a dia, mas a gente está trabalhando para isso, que é importante.

Quem tem o serviço de motofretista por aplicativo, ou autônomo, como um bico, como uma renda extra, obviamente que não tenho nada contra, mas que venha como regulamentado, porque quando você entra com qualquer moto, de qualquer jeito, não é bom. Por isso que a Rappi e a Uber Eats cobram três ou quatro reais, se aproveitam dessa fraqueza, dessa fragilidade.

E o pior de tudo é que essas duas empresas não estão aqui hoje, sem isentar todas as outras, mas porque essas duas são as piores. Cadê o compromisso delas de estarem aqui hoje debatendo. Acho que deveria ter alguma contrapartida do Poder Público, ou de nós temos, de parar de fazer essa porcaria de Rappi e Uber Eats, porque eles não respeitam a gente, não merecem o nosso respeito.

Obrigado. (Palmas)

---

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra o Sr. Danilo Caetano, da Associação de Reguladores de Motofretista e Entregadores.

**O SR. DANILO CAETANO** - Boa tarde a todos. Antes de dizer como Associação, vou falar como Danilo. Todos os dias, eu subo numa moto, vou fazer entrega, tenho o meu extrato, mas acredito que algumas barreiras têm que ser quebradas por todos nós, pelos parceiros que estão do lado fazendo entrega, pelos membros de Doutorado que se envolveram com o assunto de das mais diferentes formas, porque os interesses são diversos. O nosso interesse é conseguir o nosso ganha-pão, trazer para dentro de casa. E de que forma isso está acontecendo?

Assisti a uma palestra esses dias na Faculdade de Direito São Bernardo, do Dr. João Leal, da Faculdade de Coimbra, Doutorando em Direito do Trabalho, que diz: “Há de se abrir uma porta para conversar com a empresa, conforme o representante da Loggi acabou de citar, foi enfático.

Eu acredito, também como prestador de serviço da Loggi, que a Loggi seja o mais

próximo do que nós sonhamos, dentro de lei, de direito, de norma, de condição digna para o trabalho, nesse sentido, rapaziada, porque o que o Ministério Público vem aqui falar, com todo o respeito, não condiz com a realidade.

É relação de trabalho? Gil, é relação de trabalho? É, em determinado momento. É o *motoboy* quem diz. Você abriu sua empresa. Quando você abre sua empresa, você diz: “Eu vou responder por uma parcela do que a Loggi faz. Eu tenho condição de fazer isso?” Então, existe outra categoria aí. Existe uma categoria entre o autônomo e o celetista. Existe uma categoria que sobe disso e vai para o microempreendedor. Quando o cara consegue ter duas motos, emprestar para o *brother*, ter um fretezinho em cima de um carro, esse cara está empreendendo. Esse cara, aí, é o da MEI, sim, que, com todo o respeito, o doutor acredita que não existe. Eu sou ele, doutor. Você não acredita em mim. Sou eu. Eu sou microempreendedor e uso a Loggi, também. Então, existem mais de uma modalidade de trabalho aqui. Cada um vai defender o seu interesse.

O Gringo tem o Condomoto, do qual eu discordo. Ele já discutiu comigo, em discussão construtiva, dentro de ambiente virtual, com relação ao Condomoto. Eu não acho que o Condomoto nem seja lícito. Eu acho até que a Prefeitura de São Paulo tem de rever, porque ela é incompetente tributariamente para colocar o Condomoto – e eu vou para o Tribunal, para fazer isso, mas cada um defende o seu interesse e o seu ponto de vista.

O que eu acredito é que existam “placas vermelhas”, sim. Tem de haver o “placa vermelha”, o piso dele. Nova Iorque colocou salário mínimo para a Uber. Aliás, a Uber e a Rappi não condizem com nenhuma realidade legal. Você é trabalhador. Tem registro na Rappi ou na Uber? Não. Você é microempreendedor. Existe MEI na Rappi e na Uber? A Rappi e a Uber estão fazendo o quê, no Brasil, senhores? Ministério Público, a Rappi e a Uber estão fazendo o quê, no Brasil? A Rappi faz tráfico de drogas dentro do aplicativo dela. Entendeu?

É bizarro como essa economia dentro de alguns aplicativos, porque nós queremos equiparar. Nós queremos trazer quem quer ganhar o pão e trazer... Quem, aqui, é “placa

vermelha” hoje e não colocou um baú ilícito e foi “trampar”, “placa cinza”, quando começou? Tem de se lembrar do *brother*, lá, também. Entendeu? Tem de ter, porque a realidade, doutores... O direito consuetudinário, como vocês gostam de falar, lá, nos berços das suas faculdades, traz a realidade para a lei – e não o contrário.

Não adianta socar um monte de lei e interesse, para acabar. Têm de olhar para eles e falar: “Como é que vocês trabalham? Qual é o contrato?” Aí, têm de fazer lei para regulamentar e trazer a economia, produzir – não ficar brigando e matando um monte de Thiagos, que não sabem nem a bomba que têm na mão quando eles pegam um aplicativo como a Rappi, que repassa dívida. A Rappi repassa dívida, senhores. Como é que uma empresa que exerce atividade empresária repassa dívida? Têm de passar o lacre na Rappi, por favor.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Essas foram as palavras do Sr. Danilo Caetano. Convido mais um inscrito – e o último – para poder encerrar, para abrir a palavra para os Vereadores: Sr. Gilberto Almeida dos Santos, Presidente do Sindimoto, o “Gil”.

- Manifestação na galeria.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Pessoal, todo mundo falou. Eu interrompi a fala do Gringo porque tenho os meus motivos pessoais para interromper a fala dele. Quanto mais vocês me interromperem, me impedindo de falar, mais vai demorar a terminar a audiência. Certo?

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Pessoal, vamos manter a ordem. Pessoal, por favor, vamos manter a ordem, conforme o combinado.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – É isso, aí, pessoal!

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Conforme o combinado, vamos lá, Gil!

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – O Vereador Adilson Amadeu e os demais Vereadores, aqui, sabem da luta do sindicato. Não é de hoje. Em 2007, nós estivemos neste plenário, quando o Prefeito Gilberto Kassab adicionou a Lei 14.491.

Hoje, nós poderíamos ter feito desta rua um palco de sangue. Eu poderia ter incentivado e ter trazido mais de 20 mil trabalhadores e colocado aqui. Esses trabalhadores que estão aqui, estão a serviço de uma associação que é a Loggi, que ela banca e paga para isso. Eles estão aqui por estratégia da empresa de aplicativo chamada Loggi, porque aquele cidadão ali, o Gringo, era diretor do sindicato e renunciou depois que a Loggi comprou o passe dele. Então, pessoal veja bem! Eu não sei qual é o motivo de vocês estarem com raiva de mim. O que é que o Gil fez, o que é que eu fiz para vocês?

- Tumulto.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vou pedir a vocês para que ouçam o orador. É o combinado. Vou pedir para a Guarda Civil Metropolitana monitorar...

- Manifestações simultâneas.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** – Qual o motivo de vocês terem raiva de mim? Qual é motivo? O que eu fiz? O que eu fiz para vocês? Vocês estão a serviço da Loggi.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

- Manifestações na galeria.

**O SR. GILBERTO ALMEIDA DOS SANTOS** - Nobres Vereadores, nós estamos falando de 250 mil trabalhadores do segmento de motofrete. Não é só a empresa de aplicativo que pagou para eles estarem aqui fazendo isso. Nós, o que as empresas de aplicativo estão fazendo é um *dumping* social, tentando tomar de assalto o segmento de motofrete que emprega mais de 200 mil trabalhadores na cidade de São Paulo.

Nós, junto com outros trabalhadores, que fomos ameaçados de morte pela empresa, fomos quem denunciou essa falcaturia no Ministério Público do Trabalho e vamos denunciar no Ministério Público Estadual também.

Nobres Vereadores, isso aqui está sendo gravado. Nós tínhamos sentado com o

Rizek, Secretário de Justiça da Prefeitura de São Paulo, e aliado com a Comissão, dentro da Secretaria Municipal de Transporte, na calada da noite. As empresas de aplicativos foram lá e inventaram esse faz de conta, que vai fazer um curso de direção defensiva, enrolando aí um curso que a própria lei determina.

Na realidade, tem de ter uma CPI sobre essa questão dos aplicativos, porque está tudo errado. Está tudo bagunçado. Galera, o movimento dos motoboys não são só 200 caras, não! Nós estamos acostumados a liderar massa de 30 mil. Não me sinto nem um pouco acovardado com vocês, entendeu.

Então, nobres Vereadores, Vereador Camilo Cristóforo, você foi eleito agora, esse seu projeto aí só atende as empresas de aplicativos, não atende o setor. O setor é muito maior do que quatro empresas de aplicativos. Não sei o que as empresas de aplicativos ofereceram para você, para você estar fazendo um projeto, sequer discutir...

—  
- Manifestação na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) –** Vamos manter a ordem pessoal.

- Manifestação na galeria.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

- Tumulto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) –** Pessoal, precisamos reestabelecer o combinado desde o início. A audiência até agora foi muito bem, está alcançando o objetivo. Então não é justo que na reta final... Agora teremos a fala dos Vereadores, depois os representantes das empresas irão responder. Acredito que agora não seja a hora para tumulto. Então, o que nós combinamos? Agora vamos ouvir cada Vereador, que fará o uso da palavra por três minutos. Esse é o combinado aqui, ok? Vamos, da mesma forma, cronometrar. Beleza? Então, são três minutos para cada Vereador poder fazer uso da palavra.

Com a palavra o nobre Vereador Quito Formiga.

**O SR. QUITO FORMIGA –** Sr. Presidente, eu vou falar como motociclista, como eu

sei também que têm outros vereadores que são motociclistas. Eu já estava aqui esperando para fazer apenas um questionamento a essas empresas que vieram hoje a esta audiência pública, até para ouvir a Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Dra. Ana Luísa Ferreira.

Eu quero saber, independente da Rappi e Uber Eats que - já entendi -, não estão presentes e não estão nem se importando com o que está acontecendo aqui, eu quero perguntar para cada uma das empresas que estão aqui: Qual delas se responsabiliza pela vida desses profissionais? Qual delas?

- Manifestação na galeria.

**O SR. QUITO FORMIGA** – Porque eu só ando de moto pela cidade de São Paulo e eu sei dos perigos das vias, e me entristeço quando eu vejo um jovem ou um trabalhador desses caído no chão, correndo risco de vida ou já com a vida perdida. Então é muito legal, ter contrato de autônomo, seguir a lei, mas quero saber qual das empresas que estão aqui que se responsabiliza pela vida de cada um deles. Isso é o que eu quero saber.

- Tumulto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Com a palavra o Vereador Camilo Cristóforo, por até três minutos.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Sr. Presidente, obrigado.

Você vai falar perante um delegado...

- Manifestação na galeria.

- Tumulto.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Você vai falar perante um delegado de polícia o que você falou agora. Você cometeu calúnia, injúria, difamação. Você vai falar perante uma autoridade policial. Você entrou nesta comissão para tumultuar. Você entrou nesta audiência hoje para tumultuar. Você é único aqui. Está todo mundo contra você. Você vai falar perante...

Essa Lei 130/2019 é do Camilo Cristóforo e dos Vereadores desta Casa. Essa lei....

Retira essa pessoa, por favor. Retira essa pessoa. Fora, fora...

- Tumulto no recinto.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Fora. Fora...

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Eu não autorizei. Eu que estou presidindo não autorizei. Vou pedir para a Guarda Civil Metropolitana para reestabelecer. Peço à Guarda Civil Metropolitana que reestabeleça a ordem.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – O cara acusa, o cara calunia, o cara injúria, e os caras ainda defendem ele... Pessoal vamos lá.

Sr. Presidente, não pode uma criatura dessa cometer calúnia, injúria e difamação contra qualquer cidadão. Ainda mais dizer que uma lei de um vereador, que tem o apoio desta Casa, dos vereadores desta Casa, está ligada a alguma empresa. Eu fiz essa lei juntamente com os Vereadores desta Casa, ouvindo vocês, vocês. E em agosto de 2018, eu levei vocês ao Governador Márcio França e nós aumentamos de 6.500 para 15.000 para vocês comprarem motocicleta, só que só podia quem tinha placa vermelha.

- Tumulto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Peço à Guarda Civil Metropolitana e à Polícia Militar que garanta a segurança.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. CAMILO CRISTÓFARO** – Você vai chamar minha atenção? Não chama a minha atenção, não vem querer pregar moral aqui não! Não vem pregar moral para cima de mim, com essa risada irônica. Eu não tenho medo de você não.

E se essa lei não passar, vamos fechar a Prefeitura de São Paulo. Chega! Chega! Vocês merecem ser reconhecidos, vocês fazem parte de São Paulo.

São Paulo, sem vocês, para! Vocês têm que ter direito e apoio das empresas. E vamos parar São Paulo, se precisar. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Peço aos senhores que mantenham a

ordem na galeria do plenário, porque não é possível tocar a audiência pública da forma que está. Falta organização. Audiência pública é para ouvir, obviamente, prós e contras. Por isso que é audiência pública. Esse é o objeto da audiência pública, e não as pessoas partirem para a violência se não ficarem satisfeitas com o que ouvem. Não é assim que se resolve.

O objetivo aqui é ouvir os prós e contras, para poder amparar uma lei que atenda a necessidade de vocês. A lei vai sair daqui, então se vocês não tiverem esse entendimento, se não puderem ouvir, não sairá uma lei que atenda as exigências de todos vocês. E é isso que nós queremos registrar neste momento. (Pausa)

Nobre Vereador Xexéu, entendo que os que estão no plenário são as pessoas que representam a assessoria dos Vereadores e as empresas que nós convidamos. Eu, por exemplo, conheço a maioria, porque são assessores dos Parlamentares. Eles não estão desrespeitando as ordens, então não vejo motivo de pedir para retirá-los, acho que é possível manter a ordem com eles aqui.

O que nós queremos é que seja garantida a fala do orador que está usando a tribuna, para o bem de todos.

Tem a palavra o nobre Vereador Adilson Amadeu.

- Manifestação na galeria.

**O SR. ADILSON AMADEU** – Boa tarde. Eu só lamento que a senhora é um daqueles que estão sendo explorados pelos gigantes todos os dias, uma intrusa na profissão de taxista. A senhora não tem profissão, não. E vai embora, vai trabalhar, que é melhor.

O que eu tenho para falar para vocês é exatamente que a gente já vê essa novela há algum tempo, pois isso já aconteceu com a profissão dos taxistas. Os aplicativos, de modo geral, e logicamente de empresas que não vieram aqui hoje, como a Uber e outras, eles entraram numa velocidade e não cumprem as regras, haja vista que, nos últimos dois meses, estão indo para o pátio, com uma multa de R\$ 5.100,00.

Já existe uma lei do nosso querido Vereador Camilo Cristóforo, mas eu percebo

que muitos que me procuraram falaram que precisavam constar mais alguns itens nessa lei, inclusive pessoas responsáveis, de sindicatos e associações.

A audiência de hoje está sendo muito válida porque aqui vieram pessoas interessantíssimas que querem ver o melhor. Agora não dá para ver essas empresas que estão intermediando, as empresas de aplicativo, faturarem e não ter responsabilidade nenhuma com cidadão que está trabalhando e sem direito nenhum para esse trabalhador.

Então, se os senhores não quiserem passar pelo que estou passando há sete anos, em defesa da categoria – e aqui tem muitos taxistas que me acompanham -, ao invés de dividirem, os senhores têm que se unir. E eu queria aproveitar para falar para o doutor da OAB a respeito do que ele falou de bolsões, que já existem duas leis, uma de minha autoria que já foi sancionada, que é para bolsões sim para os senhores; e a outra também que, está na ponta da agulha para sair, também é para que os senhores tenham condição de vagas em condomínios. Não é conversa fiada, é positivo. (Palmas)

Os representantes do Ministério Público, em geral aqui, estão corretos. Só que os senhores têm que debruçar, como estou vendo os Ministros do Supremo, que não debruçaram; e agora esta Câmara Municipal entrou com embargo no Supremo, porque essas empresas não cumprem nada, eles estão trilionários e não pensam no ser humano.

Eles têm que ser, sim, observados pelo Ministério Público à risca. E outra, muitos deles estão com sua sede fora do Município e não recolhem nada aqui.

Eu não me chamo mais Adilson Armando Carvalho Amadeu, e podem ir para a Justiça, se não for verdade que eles são os maiores sonegadores que nós temos hoje na cidade de São Paulo. Eu quero crer que essas empresas, a de Goiás que está bilionária, e outras mais, façam aqui um acordo com todos os trabalhadores e os indenizem pelo tempo que eles estão trabalhando para elas.

Aí eu quero ver esses senhores realmente começarem a se apresentar. E esse (inaudível) que os senhores fizeram com o Sr. Prefeito e que, até agora, não chegou aqui, os

senhores vão pagar caro, se não estiverem na linha correta, porque aqui os Vereadores vão defender os trabalhadores. Têm que defender a empresa? Têm que defender a empresa, mas os senhores têm que cumprir os seus deveres, e os senhores não cumprem. Os senhores só estão faturando e vão ter aqui também, independente... Uma coisa eu falo para todos os senhores aqui, dos motofretes: Os senhores têm que unir. O Camilo iniciou e os senhores me procuraram há anos. Depois tiveram outras atividades e não vieram; e agora os senhores têm sim, como o Camilo falou, os 55 Vereadores, para que saia uma lei, como manda o figurino.

Sr. Aurichio, pode dar risada e ficar à vontade aqui, porque eu vou atrás. Pode face com gracinha, que eu vou atrás da sua empresa; não só da sua empresa, de todas. Eu prestei atenção na sua fala. A sua fala e a sua apresentação foram maravilhosas, e agora o senhor está zombado. O senhor não vai zombar, porque eu vou lhe acompanhar e, humildemente, todos os senhores, independentemente de nada, esqueçam a política e esqueçam a eleição do ano que vem. Podem contar comigo.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Sr. Presidente, nobre Vereador Senival Moura, quero cumprimentar V.Exa. e todos os Vereadores que estão realizando esta audiência. Na oportunidade, quero cumprimentar a todos que trabalham como entregadores, com suas motocicletas ou outros tipos de veículos para fazer entrega e prestar um serviço importante para todas as famílias. Eu mesmo também peço uma pizza ou uma refeição. Muitas vezes, encontro-os na porta de casa. Em geral, os senhores têm tido um respeito muito grande para com as famílias que pedem comidas nas suas residências. Quero aqui, sobretudo solicitar a atenção de nós, Vereadores, para assegurar o direito de cada desses trabalhadores, que realizam as suas entregas, para que possam ter assegurados dinheiros que não foram prestados. Por exemplo, cito o caso do Sr. Thiago, conforme o depoimento da Dra. Ana Luísa Ferreira Pinto. Sobretudo, a minha indagação, a minha palavra aqui é para que possam as

empresas assegurarem a todos os trabalhadores que realizam entregas direitos que não foram atendidos para o Sr. Thiago. Há inclusive outro aspecto, que afeta toda a Cidade. Refere-se ao SAMU, que, quando solicitado, também demorou e não teve a possibilidade de dar atendimento adequado, para que o Sr. Thiago chegasse a tempo ao Hospital das Clínicas e tivesse a sua vida salva. Então, eu avalio que, como resultado dessa audiência, nós precisamos aperfeiçoar o projeto de lei, de tal maneira a assegurar o direito de todos os senhores.

É esse o apelo que eu faço, Sr. Presidente. Parabéns aos senhores. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Tem a palavra o nobre Vereador Reginaldo Tripoli.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Boa tarde a todos. Primeiro gostaria de lembrar a todos que foi um requerimento meu o pedido para que as empresas viessem e os senhores estarem aqui hoje. A princípio, a minha intenção desdobrou-se em vários problemas que as categorias e as empresas têm e que a Cidade está sofrendo. Desdobrou-se em vários problemas, como trabalhista, questão de horários, questão da forma como as empresas estão conectando com os seus entregadores, tanto os placas vermelhas como os dos aplicativos. Gostaria aqui de fazer um chamamento a todos os senhores, principalmente as empresas, porque nós vamos ter que atuar aqui na Câmara Municipal, para que a gente organize a Cidade, no sentido da relação entre os entregadores legais ou não legais, patinetes e bicicletas. Nós estamos nos esquecendo de várias situações aqui, porque isso faz parte do transporte. A gente está falando muito só dos motofretistas e a gente acaba se esquecendo de outras coisas. Uma pessoa citou falou em se andar a pé.

A gente tem uma coisa muito clara: O próprio cliente que recebe o entregador na sua casa, naquele momento, agradece-lhe ou dá uma caixinha, enquanto está na rua, ele tem medo do entregador e tem bronca do entregador. Por quê? Porque, a partir do momento em que todos os entregadores passarem pelo farol vermelho - não existe mais farol vermelho para

entregador hoje. Eu ando de moto o dia inteiro. Eu falei para motoqueiro que passou no farol vermelho: “Você não tem medo de morrer?” O que eu quero dizer com isso? Se todos os senhores propagarem uma relação com a Cidade e com as pessoas, de carinho, respeito e ajuda, como os senhores fazem entre os senhores - todo mundo que está na Cidade é vizinho, parente, amigo e tem família; é gente como a gente - fazendo um movimento... Aí são as empresas é que têm que tomar essa atitude, porque há os contratantes, os projetos e as leis. Então, tudo vai ter muito mais força. Os senhores vão ter a força da Cidade com os senhores. Quando há uma animosidade entre entregador, bicicleta na contramão, patinete na calçada, moto na contramão ou moto no farol vermelho, tudo isso cria uma animosidade, e os senhores não têm apoio do seu próprio cliente, que, quando o recebe em casa, como eu recebo, tem um carinho. A pessoa está entregando, está trabalhando. Então, eu queria levar essa conversa agora para outro aspecto, aspecto social, de a gente ter relação humana com as pessoas, para que os senhores possam ter sim os seus direitos preservados, os registros e tudo mais; e que isso parta das empresas legais, ilegais. Quanto ao que elas estão fazendo, não é possível que a gente continue assistindo à Cidade do jeito que está; e o pessoal que está trabalhando, todos eles acabam entrando numa loucura de entrega e se esquecem de tudo isso, não percebendo as pessoas.

Então, vamos tentar, que a gente possa fazer um trabalho que vai sair lei desta Casa para regulamentar todo o setor; vai. (Palmas) Esta Comissão não vai se omitir em regulamentar em São Paulo, propor a regulamentação em São Paulo de todos os modais de entrega. Só que, enquanto isso não acontece, por que não ter a visibilidade para o bem? Vocês sabem do que estou falando, todo mundo anda na rua. Aqui um fala que é motociclista, eu falei que eu ando de moto o dia inteiro, a gente conhece gente que trabalhou de motoboy lá atrás, ou não. Presença do nosso Vereador, aqui, Gilberto Nascimento, que nos apoia também.

Então, é isso. Eu faço um apelo para que vocês parem para pensar um pouquinho nisso só. No dia a dia no trânsito, tem que entregar rápido? Pô, não tem mais farol vermelho

em São Paulo, e não há CET, não há quem fiscalize isso, porque não dá, realmente não dá. Então, vamos partir de nós mesmos, passar uma coisa bacana, e exigir a regulamentação do setor de entregas para São Paulo. Tá bom? Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** - O.k.. Ouvimos as palavras do Vereador Reginaldo Tripoli, popularmente conhecido como Xexéu. Convido os Vereadores a retomarem seus trabalhos, até para podermos fazer a devolutiva para os representantes das empresas dos aplicativos, aqueles que porventura terão alguma pergunta para responder.

Diante do exposto, quero perguntar às empresas de aplicativos quais são as garantias, diante de tudo isso, que elas irão propor aos trabalhadores. Quais as garantias que as empresas de aplicativos propõem aos trabalhadores.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Pela ordem, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Pela ordem.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Só uma pergunta que eu queria fazer ao pessoal Promotoria, Procuradoria e empresas. Por que na ação, Uber Eats e a Rappi não estão, só estão as duas empresas que estão aqui?

- Manifestações no recinto.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Porque uma coisa que vem muita para nós aqui é que todas as vezes em que nós fizemos um chamamento para que houvesse um diálogo com as empresas, essas são as únicas que aparecem. Para Rappi e Uber, parece que não existe Câmara Municipal, não existe Prefeitura, não existe nada. Então, eu gostaria, depois, para entender o porquê... Eu imagino que elas não estavam ainda operando quando foi movida a ação, alguma coisa assim.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Só um segundo, doutor, que o senhor já vai responder. Esse era um dos questionamentos que eu havia anotado aqui, quero só tentar ajustá-lo um pouquinho.

Mais um questionamento para as empresas dos aplicativos. Os representantes

aqui, todos aqueles que falaram, sempre o fizeram da mesma forma, mencionando os problemas, as garantias que não têm *etc.*, mas falaram também sobre uma tabela de remuneração, ou seja, o tarifamento de cada serviço específico. Quero saber se as empresas de aplicativos estão preparando para cada serviço um valor – que foi o que eu entendi, do que foi dito por eles, que cobraram isso. O serviço prestado terá a tarifa diferenciada? Isso está dentro do planejamento, da proposta das empresas de aplicativos?

Para finalizar, uma pergunta ao Dr. Rodrigo Castilho, que é mais ou menos nos moldes da pergunta feita pelo Vereador Xexéu. Essa ação civil pública foi em face do sistema. Qual a razão de as outras empresas não terem sido atingidas por essa ação civil pública? Eu entendo que talvez seja por não estarem operando ainda, mas que o doutor nos esclareça, até para entendermos um pouco melhor. Se o doutor quiser, pode começar; depois, os representantes das empresas, por gentileza.

**O SR. RODRIGO CASTILHO** – Sr. Presidente, Vereador Tripoli, o Ministério Público ingressou primeiro com uma ação contra a Loggi, depois com outra ação contra a iFood e Rápido, empresas que se juntaram no meio do processo. Há ainda, em andamento, um inquérito contra a Uber e a Rappi. Isso tem um tempo, uma investigação. O Ministério Público precisa conhecer o aplicativo. Cada aplicativo tem uma lógica, uma dinâmica. Eles são parecidos no resultado final, mas como o aplicativo gere essa mão de obra, gere os trabalhadores, como cada aplicativo...

- Manifestações no recinto.

**O SR. RODRIGO CASTILHO** – Não, é igual, mas há pequenas diferenças entre eles. Então,...

- Manifestações no recinto.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Pessoal, vamos ouvir a resposta do Procurador. Vocês estão falando com quem cuida! É ele quem tem competência para poder responder.

**O SR. RODRIGO CASTILHO** – Então, são vários inquéritos, cada um tem um tempo. Não há nenhuma predileção por alguma, ou o Ministério Público está contra uma empresa ou outra. A Uber, por exemplo, foi uma empresa que nós intimamos para apresentar todos os dados dessas operações com os trabalhadores, de rota, preço. Essa empresa se recusou a apresentar, tivemos que ingressar com uma medida judicial para a exibição desses documentos, e isso atrasou um pouco o inquérito da Uber. Já as empresas Loggi e iFood apresentaram essa documentação quando foram intimadas. Então, a investigação tem um tempo. Todas as empresas foram investigadas, estão sendo investigadas, mas cada uma tem um tempo de conclusão desses inquéritos. É por isso que nem todas estão, mas todas estão sendo investigadas e acredito que todas terão ação judicial.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Eu agradeço o seu esclarecimento. Só deixo aqui registrado que essas empresas que ainda não foram citadas - que potencialmente serão citadas em algum processo -, que elas, além de não respeitarem os trabalhadores, elas não respeitam as autoridades, elas não respeitam ninguém no Brasil. Não estão respeitando o Ministério Público! Isso tem que ser levado em conta. Porque, quando você pensa em tê-los aqui para dialogarmos e pensarmos em uma situação conjunta, não dão a mínima atenção. O Ministério Público faz um pedido, eles não dão atenção. Então, acho que eles estão imaginando que vão falar só no STF, com o Supremo.

Gostaria de registrar isso, e que vocês tivessem uma atenção com esses que não respondem, porque parece que eles estão nadando de braçadas, sem lei, sem nenhuma complicação, e não respondem, não querem saber. Principalmente essas empresas têm que ser averiguadas, e vamos propor leis aqui para todo o setor de modais, mas acho que essas empresas precisam entender que existem regras nos países e nas cidades. Agradeço seu esclarecimento.

**O SR. RODRIGO CASTILHO** – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Agradecemos ao Dr. Rodrigo Castilho, que

acabou esclarecendo tudo isso. Agora vamos ouvir os representantes das empresas de aplicativos. Da mesma forma com que iniciamos, podemos terminar. Primeiro, com iFood; depois, com a Loggi.

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** – Obrigado, Vereador Senival Moura. Em nome da iFood, quero em primeiro lugar dizer que eu, particularmente, estou ouvindo e entendendo as demandas de todos vocês. É importante para mim. Sou advogado, mas, como vários aqui falaram, também convivo com vocês e com as entregas todos os dias. Sou um que toda vez que chega alguém na minha casa, eu faço questão de ir lá fora, na rua, ver quem é e entender.

- Manifestação na galeria.

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** – É, sim... Não é... Não, é entender e conversar com vocês, nesse dia a dia, porque uma coisa é virmos aqui, falarmos sobre economia de compartilhamento e várias outras coisas e não entender diretamente do dia a dia, do que está acontecendo. Eu tenho procurado conversar, nessas oportunidades que eu tenho, para entender exatamente sobre o que vimos tratar aqui. É por isso que eu estou aqui, ouvindo o que vocês estão trazendo.

Em relação às medidas, Vereador, eu acho que algumas delas já foram apresentadas. Há algumas que vão ser implementadas nos próximos tempos, mas há várias que estão ainda em desenvolvimento pela empresa. Então, quando falamos em contratação de seguros de acidentes pessoais, de que forma atender melhor... Eu ouvi alguém falar que, às vezes, o atendimento telefônico demora. O atendimento pelo aplicativo também não é tão rápido quanto precisamos. Essas são demandas que a empresa está trabalhando para atender, porque vocês estão pedindo, porque vocês estão dizendo que isso ainda não está adequado. Não está bom. Então, assim, são...

- Manifestação na galeria.

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** – O preço... O preço...

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vamos garantir a fala do orador.

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** – Em relação a preço, como eu contei, aqui, o iFood, pelo menos, tem uma forma de pagar e de combinar o preço. Eu acho que é isso que está... O que está acontecendo? Vamos lá! Vou dar um exemplo prático. O Termo de Cooperação com a Prefeitura... Um dos compromissos era acabar com a história de número de entregas por determinado horário. Se você fizer tantas entregas em determinado horário, há um benefício. Há um incentivo e tal. Isso tirou essa parcela da remuneração. O que nós estamos estudando é como compensar e como colocar algum tipo de outra forma de remuneração, para compensar aquilo que foi tirado por compromisso com a Prefeitura.

- Manifestação na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Eu estou entendendo que vocês não querem ouvir. Vocês mesmos vêm, fazem uso da palavra e aos representantes perguntam, mas parece que não querem ouvir a resposta.

- Manifestação na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ele tem de concluir a fala dele. Ao término, vocês podem se manifestar tranquilamente.

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** – Para concluir, Presidente, assim, o que eu posso garantir é que o iFood está atento. Está estudando a forma de remuneração, até por conta do compromisso que recentemente assumiu com a Prefeitura. Então, não há uma fórmula exata imediata, para fazer essa compensação em relação ao compromisso que foi assumido com a Prefeitura, mas uma coisa é certa: a remuneração tem de ser adequada para o serviço que vocês oferecem.

Assim, se estamos aqui, ouvindo a reclamação de vocês, a empresa está levando em consideração as reclamações de vocês pela remuneração e sabemos que, se a remuneração de vocês não for adequada, vocês não vão ter interesse em estarem logados, seja com o iFood, seja com a Loggi. Sabemos que, se isso não acontecer, vocês são os

primeiros a sair e não vão mais oferecer o serviço. Se não oferecerem o serviço, o que vai acontecer? O prejuízo é das empresas. Não é só de vocês. Vai ser nosso, também.

- Manifestação na galeria.

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** – Eu vou concluir, mas o interesse da empresa é que quem faça... E tenha sempre mais gente interessada em fazer... E, para fazer, tem de estar feliz. Tem de estar contente. A remuneração tem de ser bacana. Se a remuneração não for bacana, não adianta ficarmos falando de tantas outras coisas, aqui, mas, Vereador, está na pauta da empresa.

Assim, acho que, do mesmo jeito que estamos ouvindo, aqui, diretamente, e falando, a empresa quer ouvir as demandas específicas, quais são os pontos. Vamos trazer, sim, a esta Casa... Vamos levar, por meio do sindicato e das associações, tudo que vocês estão trazendo aqui, de reivindicação e de demanda, para as empresas.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok, doutor. Essas foram...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vamos lá, doutor! Mais uns segundinhos...

**O SR. ANDRÉ GIACCHETTO** – Obrigado. Acho que é um ponto bom. Temos de falar sobre todas as coisas. É por isso que eu estou dizendo que vamos conversando e vamos encontrando várias outras coisas que temos de discutir.

Operador logístico... Acho que, assim, da mesma forma que o iFood está olhando para a remuneração do entregador independente, a questão do operador logístico também está sendo levada em consideração, para isso, para estabelecer a remuneração de ambos. Acho que o ponto é: não é porque vimos discutir e dizer que hoje funciona dessa maneira que amanhã vai funcionar do mesmo jeito. Queremos que isto, aqui, seja sempre mais benéfico para todo mundo.

Então, assim, eu posso... Eu não sei, especificamente... O que eu vou fazer é perguntar, dentro da empresa, se há alguma proposta que trata da questão do operador

logístico. Eu entendo o seu ponto. Eu sei. Há o operador logístico, que tem os seus empregados e quem presta serviço por meio do operador logístico. Muitos de vocês fazem o serviço diretamente e não têm o operador logístico no meio do caminho. Meu compromisso é levar isso para dentro da empresa e perguntar se há uma proposta específica sobre remuneração envolvendo o operador logístico. Eu me comprometo a trazer esse esclarecimento para vocês, aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) –** Ok, doutor?

- Manifestação na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura) –** Olhem, já houve a oportunidade para se inscreverem. Nós temos de... Agradeço, aqui, ao Dr. André Giacchetto, representante do iFood. Agora, convido para fazer uso da palavra o Dr. Marco Aurélio Carvalho, representando a Loggi.

**O SR. MARCO AURÉLIO CARVALHO –** Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de falar aqui e responder objetivamente aos questionamentos. Acho que as falas que me antecederam foram muito claras e confirmam o respeito que temos pelo nosso colaborador, de ter estado aqui, desde a primeira audiência até o dia de hoje. Os Vereadores são a demonstração inequívoca disso e reiteramos o compromisso de continuar ouvindo cada um de vocês, porque, quanto mais satisfeitos vocês estiverem, evidentemente, mais satisfeitos nós vamos estar. Isso é uma questão de inteligência. Parece-me bastante óbvio.

O compromisso está reafirmado – compromisso, inclusive, que estabelecemos, também, com o próprio Ministério Público, cuja palavra tive a alegria de ouvir. Nós podemos ter diferença de percepção em relação a um ou outro ponto, mas nós estabelecemos o compromisso inequívoco de conversar com o Ministério Público, com a Prefeitura, com a Secretaria específica, para ouvir cada uma das ponderações que estão sendo trazidas para nós. Esse é o sentido, inclusive, da nossa presença, aqui.

Inclusive, é um clima muito mais amistoso. Já tivemos situações muito difíceis, em que nós éramos praticamente os únicos a participar. Acho que os senhores se lembram. O 8º

andar da Câmara estava lotado, com 800 pessoas, e nós entramos pela porta da frente e saímos pela porta da frente, porque nós temos orgulho dessa parceria.

Então, para deixar claro, a Loggi nunca teve a prática de atrelar qualquer tipo de bonificação ao tempo de entrega. Disso os senhores sabem. Tanto é verdade, que nós tivemos, com muita tranquilidade, de forma pioneira, junto a outros colegas que estão aqui, inclusive, a satisfação de assinar aquele Termo de Cooperação Técnica.

Cumprimento o Vereador Gilson Barreto pela presença.

Eu lamento, sinceramente, que esse termo não tenha chegado a vocês. Ele não foi publicado no *Diário Oficial*, mas a Câmara tem um poder enorme. São 55 Vereadores, nossos representantes, para nossa alegria, e, com certeza, ao requisitar, vocês vão receber essa resposta da Prefeitura.

Nós não temos, realmente, cópia, mas os pontos eu posso citar, objetivamente, porque o Vereador Adilson Amadeu me questionou sobre isso. Objetivamente: campanhas de conscientização em relação à segurança do trânsito, em especial, que vão ao encontro da fala importantíssima do Vereador Xexéu Tripoli – que é criar, na verdade, essa sinergia na Cidade, para resolver o problema da logística e melhorar o ambiente para todo mundo. Os cursos vão nesse sentido exato e, para usar o termo que o próprio Termo de Cooperação utilizou – perdoem-me por ser redundante –, ele diz o seguinte: “fim das práticas que condicionam um número específico de entregas a um específico prazo de horas”.

Nós já não fazíamos isso, mas, independentemente de não fazer, não queremos fazer, efetivamente. Com a tranquilidade de quem não faz e não pretende fazer, nós assinamos esse termo. Eu acho que isso é um avanço. Se o Município, infelizmente, na gestão da Prefeitura, não foi transparente com a Câmara, lamentamos, mas, ao ser questionado, eu estou respondendo, objetivamente.

Temos um compromisso com o entregador. Esse é, talvez, o nosso principal sucesso, digamos, na relação. Foi por isso que a empresa cresceu. É o sucesso do

colaborador, que está prestando um serviço de altíssima qualidade.

Fico feliz quando vejo, em meu prédio, o entregador entrar com o símbolo da Loggi, com o símbolo de outras empresas, inclusive de empresas que trabalham com vínculo empregatício, pois me utilizo muito desse serviço no dia a dia. Estava comentando com o Fernando, não o vejo como adversário, respeito profundamente a sua fala, as posições que assume. Ele fala brilhantemente e sabe disso. A gente está aqui para caminhar, para aperfeiçoar, enfim, as nossas práticas.

Objetivamente foi feita mais uma pergunta, não consegui anotar, mas não queria deixar nada sem responder.

- Pergunta fora do microfone.

**O SR. MARCO AURÉLIO CARVALHO** - Isso está sendo feito. Obrigado, eu já entendi.

Em relação ao PL 130/2019, o nosso compromisso é participar de todas as audiências públicas que forem feitas na exata dimensão de aperfeiçoar os comandos legislativos. Nós vamos participar sempre, sempre que requisitados, assim como vamos participar de todas as audiências do Ministério Público, das realizadas nas secretarias, de qualquer Comissão da Câmara. O compromisso está reiterado.

Estamos estudando o PL, acho que houve um grande avanço na perspectiva de regulamentar a atividade e isso é bom, para mim, como empresa; é bom, para mim, como usuário dos serviços que são intermediados; e é bom para cada um de vocês que está aqui. Então não tem lógica não participarmos, o compromisso está assumido.

Com relação à tabela, é um tema novo que foi trazido agora para mim. Com muita humildade, eu vou levar à direção da empresa que, com certeza, vai ouvir, escutar os senhores para devolver uma resposta objetiva. Qualquer coisa que eu falasse ia ser pura enrolação e a transparência é um valor fundamental em nossa relação. Evidentemente, eu não tenho uma resposta agora. Esse tema nos foi trazido aqui, nós temos o compromisso de avaliar até porque

haverá outras reuniões. Então vou ter a alegria de voltar com as respostas que estão nos pedindo.

Então, Vereador, para me despedir, peço desculpas por ter falado demais. Foi uma alegria estar aqui. Estou à disposição de vocês. Se tiver algum questionamento que não respondi, enviamos a *posteriori*.

- Manifestação dos presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Quero agradecer. Essas foram às palavras do Dr. Marco Aurélio Carvalho, representante da Loggi.

- Manifestação dos presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Doutor, o senhor pode responder a uma pergunta deles? Uma pergunta, uma pergunta.

- Manifestação dos presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Podem entrar num acordo, por favor, e fazer uma pergunta?

- Manifestação dos presentes.

**O SR. MARCO AURÉLIO CARVALHO** - É só chegar num acordo que vamos responder com muita alegria.

- Pergunta feita fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Qual é a pergunta? Qual é a pergunta?

- Manifestação dos presentes.

**O SR. MARCO AURÉLIO CARVALHO** – Só um minutinho para o Vereador ouvir. E eu estou à disposição.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Vamos nos organizar, por favor, uma pergunta! É você que vai fazer a pergunta?

- Manifestação fora do microfone.

- Pergunta fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok. Está entendido. Essa é a pergunta?

Beleza, doutor, vamos à resposta.

**O SR. MARCO AURÉLIO CARVALHO** – Vamos lá: como você bem sabe, eu sou advogado, não tenho evidentemente todas as respostas do setor...

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. MARCO AURÉLIO CARVALHO** – Vou continuar... mas nós podemos responder... Você me fez a pergunta e eu estou tentando responder.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. MARCO AURÉLIO CARVALHO** – Se você me ajudar, eu vou responder a pergunta que você me fez. Com muito respeito, vou responder a pergunta que você me fez.

Vamos lá: primeiro em relação ao baú, e foram feitas duas perguntas. A questão do baú e da bag, para que fique claro: há estudos que dizem que o baú é infinitamente mais seguro do que a bag, mas se houver comprovação do contrário, não há nenhum problema de eventualmente haver um recuo. Nós estamos pensando na segurança, enfim, do colaborador e isso é muito tranquilo.

- Manifestação dos presentes.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. MARCO AURÉLIO CARVALHO** – E a tua pergunta, objetivamente, como envolve uma questão de natureza, digamos, da operação, eu posso perguntar para outros representantes e responder ainda agora, sem problema algum. Seria uma surpresa que um advogado respondesse um detalhe de operação. Mas não há problema algum.

Eu até pedi para responderem. (Pausa) Na verdade, está dizendo que a Prefeitura não estava evidentemente abrindo o registro para placa vermelha e foi exatamente por isso que abrimos para o *start* e isso é fácil de você comprovar. É fácil de comprovar.

- Manifestação dos presentes.

**O SR. MARCO AURÉLIO CARVALHO** – Em relação à política de preços, estamos à disposição para conversar.

- O Sr. Presidente faz soar a campainha.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Ok.

- Manifestação dos presentes.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Pessoal, a gente, nós - aqui da Câmara - só um minutinho, só um minutinho para vocês entenderem: nós, aqui da Comissão, não podemos e não devemos entrar na relação comercial entre vocês.

- Manifestação dos presentes.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Se não vai ficar perguntando valor e tal e nós queremos é a regulamentação.

- Manifestação dos presentes.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Olha, nós precisamos, pessoal: nós precisamos entregar este espaço, seja objetivo!

- Manifestação dos presentes.

- Pergunta fora do microfone.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Silêncio aí, pessoal, ele está representando vocês.

- Pergunta fora do microfone.

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Eu entendi, mas eu estou esclarecendo que é uma questão comercial, a gente não pode entrar.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Mas, tudo isso, só para registrar...

**O SR. XEXÉU TRIPOLI** – Essa é uma questão de vocês se juntarem, pararem na porta da Loggi e reivindicar. Agora, a lei, deixa eu te explicar: quando a lei for aprovada regulamentando o setor, pode ter certeza de que não vai haver na lei valores: ah, a Loggi tem que pagar tanto, o motofrete tem de cobrar tanto. Essa não é uma questão que a Câmara possa legislar. Entendeu? O que a gente tem que fazer é apoiar vocês, no sentido de vocês

terem uma regulamentação forte, que proteja todos os entregadores.

- Palmas.

**O SR. PRESIDENTE (Senival Moura)** – Finalizando os nossos trabalhos, quero dizer a todos vocês: tudo que vocês apresentaram como sugestão, com reivindicações, etc., tudo está registrado nos Anais da Câmara. Pelas notas taquigráficas nós vamos poder sistematizar e preparar um documento para que a Câmara possa se posicionar. A grande ideia é daqui sair um projeto mais amplo, que atenda todas as exigências de todos os representantes, que atenda as exigências dos aplicativos, que é o nosso grande objetivo. A audiência pública tem esse objetivo, por isso nós a realizamos.

Obviamente que o debate não se esgota aqui, o debate vai muito além do que já foi feito no dia de hoje. É um início, mas acredito que atingimos à expectativa de todos.

Dessa forma, quero agradecer imensamente a presença de todos vocês, aos representantes dos aplicativos, ao representante do Ministério Público, aos representantes das secretarias, do Ministério do Trabalho. Dizer que a Câmara vai estar sempre à disposição para a gente discutir o tema, quantas vezes for necessário. Tenho certeza de que não se esgotou aqui. Os Vereadores, a Câmara Municipal de São Paulo vai estar sempre à disposição.

O debate de hoje vamos encaminhar ao Governo, ok?

Então, a todos uma boa tarde.

Fiquem com Deus. Até a próxima.

Muito obrigado.